



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

CAROLINA RODRIGUES DOS SANTOS

**A CRECHE, OS BEBÊS E AS CRIANÇAS BEM PEQUENAS
REPRESENTADAS NO JORNAL MULHERIO (1981-1988)**

**Brasília-DF
2023**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

CAROLINA RODRIGUES DOS SANTOS

**A CRECHE, OS BEBÊS E AS CRIANÇAS BEM PEQUENAS
REPRESENTADAS NO JORNAL MULHERIO (1981-1988)**

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Pedagoga pela Universidade de Brasília.

Orientadora:

Profa. Dra. Etienne Baldez Louzada Barbosa

**Brasília-DF
2023**

**A CRECHE, OS BEBÊS E AS CRIANÇAS BEM PEQUENAS
REPRESENTADAS NO JORNAL MULHERIO (1981-1988)**

Trabalho Final de Curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

Aprovado em

Profa. Dra. Etienne Baldez Louzada Barbosa – MTC/FE/UnB
Orientadora

Profa. Dra. Viviane Fernandes Faria Pinto – MTC/FE/UnB
Examinadora

Prof. Mestre Patrick Antunes Menezes – MTC/FE/UnB
Examinadora

Profa. Dra. Monique Aparecida Voltarelli – MTC/FE/UnB
Suplente

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RS237 Rodrigues dos Santos, Carolina
A CRECHE, OS BEBÊS E AS CRIANÇAS BEM PEQUENAS
REPRESENTADAS NO JORNAL MULHERIO (1980-1988) / Carolina
Rodrigues dos Santos; orientador Etienne Baldez Louzada
Barbosa. -- Brasília, 2023.
56 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. Jornal Mulherio. 2. Creche. 3. Criança pequena. I.
Baldez Louzada Barbosa, Etienne , orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, primeiramente, agradecer à Deus por conceder-me o dom da vida e sempre me sustentar em todos os desafios aos quais sou exposta.

Sou grata também ao meu esposo que pacientemente sempre está ao meu lado me amando, apoiando e sendo meu maior incentivador em todos meus projetos.

Agradeço a toda minha família por tudo que já fizeram por mim. Em especial a minha mãe que sempre acreditou na realização de todos os meus sonhos. Ao meu pai que nunca mediu esforços para me ajudar. Aos meus irmãos por me incentivarem e admirarem; essas posturas sempre me ajudaram.

Quero agradecer aos meus pastores por serem grandes incentivadores e cuidadosos com minha vida. Eles fazem parte dessa etapa por me incentivar a concluir esse ciclo da minha vida.

Sou grata aos meus amigos que fazem da minha vida mais feliz, leve e melhor.

Por fim, agradeço à professora Etienne Baldez por me apoiar em toda essa jornada de orientação e, pacientemente me direcionar e inspirar durante o processo de escrita do presente trabalho.

Epígrafe
*E não nos cansemos de fazer o bem, pois no tempo próprio colheremos, se não
desanimarmos. (Gálatas 6:9)*

RESUMO

Na década de 1980, no fim do período da ditadura militar brasileira e no início do período da redemocratização, havia uma efervescente luta por direitos sociais e por uma mudança estrutural da sociedade no campo da vida doméstica e da vida pública. Objetivo deste trabalho é identificar, nas páginas do jornal *Mulherio*, como as crianças comparecem representadas, principalmente em relação ao debate sobre a creche, entre 1981-1988. Trata-se de um trabalho de cunho histórico, em que se representa o pensamento a respeito das creches e das crianças pequenas à época, a partir da leitura do jornal e com o recorte dos temas anteriormente citados. Este estudo historiográfico baseou-se metodologicamente na pesquisa bibliográfica a partir da leitura de teóricos da História da Educação e da própria fonte histórica que é o *Mulherio* (1981-1988). A partir dessa leitura, foi adotado o conceito de representação das ideias, descrito por Chartier (1988), para análise dos trechos selecionados dentro da fonte histórica. Foram expostos trechos do jornal que traduzissem o teor do debate que acontecia na década de 1980 no campo de discussão das pautas femininas. A partir da análise das publicações sobre creche foi possível entender que a creche estava diretamente relacionada a compreensão ao direito social da mulher naquele novo momento de reorganização dos papéis sociais.

Palavras-chave: Jornal *Mulherio*. Creche. Criança pequena. *Mulherio*. Representações.

ABSTRACT

In the 1980s, at the end of the period of the Brazilian military dictatorship and at the beginning of the period of re-democratization, there was an effervescent struggle for social rights and for a structural change in society in the field of domestic life and public life. The objective of this work is to identify, in the pages of the *Mulherio* newspaper, how children are represented, mainly in relation to the debate on day care, between 1981-1988. This is a work of a historical nature, in which the thinking about day care centers and young children at the time is represented, based on reading the newspaper and with a selection of the previously mentioned themes. This historiographical study was methodologically based on bibliographical research from the reading of theorists of the History of Education and the historical source that is *Mulherio* (1981-1988). From this reading, the concept of representation of ideas, described by Chartier (1988), was adopted for analysis of selected excerpts within the historical source. Excerpts from the newspaper that translated the content of the debate that took place in the 1980s in the field of discussion of female agendas were exposed. Based on the analysis of publications about day care, it was possible to understand that day care was directly related to the understanding of women's social rights in that new moment of reorganization of social roles.

Keywords: *Mulherio* Journal. Nursery. Little child. *Mulherio*. Representations.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Busca na Biblioteca BDM.

Quadro 2 – Busca na CAPES.

Quadro 3 – Busca na Scielo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

BDM	Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDNM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DAE	Departamento de Assuntos Educacionais
DNCR	Departamento Nacional da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FCC	Fundação Carlos Chagas
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FF	Fundação Ford
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PRONAV	Programa Nacional do Voluntariado
SAM	Serviço de Assistência do Menor
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	12
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - A creche, a criança e o contexto de surgimento do jornal Mulherio	Erro! Indicador não definido.22
1.1 - As modificações do direito à educação da criança pequena dentro do ordenamento jurídico	Erro! Indicador não definido.26
1.2 - Contexto histórico e social do surgimento do jornal Mulherio	Erro! Indicador não definido.28
CAPÍTULO 2 - A creche e a criança pequena sob a perspectiva do jornal Mulherio	Erro! Indicador não definido.30
2.1 - A creche e a criança pequena à luz do jornal Mulherio	Erro! Indicador não definido.31
2.2 - A influência do movimento das mulheres nos conceitos de creche e criança pequena dentro do jornal	Erro! Indicador não definido.40
2.3 - Referências internacionais do tema creche dentro do jornal ...	Erro! Indicador não definido.43
Considerações Finais	49
Referências	52

MEMORIAL

Ao pensar em minha trajetória escolar, começo minhas memórias pela escola de educação infantil bairrista na qual entrei aos seis anos de idade. Na época, minha família e eu morávamos no Recanto das Emas, enquanto meu irmão e eu estudávamos nesse pequeno estabelecimento educacional, instalado em algo muito semelhante a uma residência adaptada. Recordo-me claramente das fotos temáticas em datas comemorativas nas quais sempre nos fantasiávamos para celebrar. Porém, não possuo muitas lembranças das atividades pedagógicas propostas. A única recordação que me resta é de uma mesinha para crianças que minha mãe comprou da escola, pois esta estava encerrando suas atividades.

Aos sete anos de idade, minha família tomou a decisão de me colocar no ensino fundamental, no Centro de Ensino Fundamental 07 do Guará. Acredito que, nessa fase, fui alfabetizada. Estudei nessa escola por apenas dois anos e, em seguida, segui para o Ensino Fundamental 08 do Guará. Nesse período, estávamos de mudança do Recanto das Emas para o Guará. As lembranças mais marcantes que tenho desse período em relação à escola são com relação à minha professora das séries iniciais. Lembro-me de gostar muito dela e de sempre querer ajudá-la. Recordo-me também das idas e vindas alegres e divertidas do Recanto para o Guará com meus primos.

Até que, na terceira série do Ensino Fundamental, mudamos de vez para o Guará 1 e passei a estudar na Escola Classe 3. Lá concluí todo o ciclo do Ensino Fundamental 1. Nessa escola, tive a oportunidade de conhecer amigos com quem até hoje mantenho contato, além de me recordar das festas da família e das atividades culturais.

No ano seguinte, como é feito na maioria das escolas, os estudantes foram direcionados a outra instituição de ensino para o próximo ciclo de estudos. Segui com a maioria dos meus colegas para o Centro de Ensino Fundamental 02 do Guará. Lá tive a oportunidade de estudar da 5ª a 8ª série, bem como a oportunidade de poder estudar Inglês no Centro Interescolar de Línguas – CIL e participar de diversas atividades extracurriculares que a escola oferecia, tais como: flauta, banda marcial, coral e ginástica rítmica. Lembro que meus pais me inscreveram em um projeto do Grupo Pão de Açúcar, que sustentava um instituto que ofertava cursos de português, informática, raciocínio lógico, inglês e música. Entrei em todos esses cursos, conciliando as aulas da escola, as aulas de Inglês do CIL e os cursos do Instituto. Já na última etapa do ensino fundamental, passei a frequentar um cursinho preparatório de uma escola privada para tentar uma bolsa de estudos por meio de um processo seletivo.

Concluindo o ensino fundamental por completo, naturalmente eu faria a migração para a escola de ensino médio da região onde morava. Porém, apesar do ciclo natural, não foi assim que ocorreu. Ainda na oitava série, já havia decidido que estudaria na Universidade de Brasília. E, para alcançar essa meta, deveria traçar uma rotina de estudos que uniria as aulas de um curso preparatório para vestibular e as aulas regulares do ensino médio. Não fui aprovada para as vagas ofertadas para a obtenção de bolsa, porém consegui uma vaga no Centro de Ensino Setor Oeste – CEMSO, na Asa Sul, onde pude encaixar o cursinho preparatório, o CIL e as demais atividades numa única localidade. Além disso, o CEMSO era, na época, uma referência em apoio e preparação de alunos da rede pública para ingresso em universidades federais. Minha rotina nos três anos de ensino médio foi centrada no curso de línguas, no curso preparatório para todos os processos seletivos de ingresso em Universidades Federais e no colégio.

Durante todos esses anos, tive muitas dúvidas sobre qual carreira profissional eu deveria seguir. No ensino médio, não se falava de outro assunto a não ser esse. Pensei em prestar vestibular para Geografia, Engenharia Civil, Serviço Social, Ciência Política, entre outras áreas do conhecimento. Até que conheci o curso de Gestão de Políticas Públicas – GPP e seu campo de atuação, o qual me chamou muita atenção. Concluí o ensino médio em 2011 e, no primeiro semestre de 2012, ingressei na Universidade de Brasília – UnB para o curso de GPP.

A escolha da área de atuação profissional não foi uma tarefa fácil. Dentre os processos seletivos dos quais participei, tive oportunidade de também ser selecionada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul para o curso de Ciência Política, bem como na UnB para o curso de Serviço Social. Naquele momento, em minha mente fazia mais sentido ingressar no curso de GPP. Porém, após quatro anos no curso, não me encontrava satisfeita com minha futura área de atuação no mercado. Então, em 2016, prestei vestibular novamente, visando o curso de Pedagogia na UnB, e fui aprovada. Neste ano de 2022, encerro esse ciclo da graduação com muitos aprendizados e várias experiências para contar.

O tema que escolhi para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC foi inspirado em conversas com a professora Etienne Baldez. A etapa do TCC para mim não foi simples. Ao longo dessa etapa, tive um orientador e dois temas diferentes, mas não consegui desenvolvê-lo adequadamente. Mas, a partir das possibilidades que a professora me apresentou, pude dar andamento à conclusão dessa graduação.

INTRODUÇÃO

(...) A produção do conhecimento sobre o passado não deve ser percebida sem suas articulações com o presente em que se realiza. Escrever sobre o passado é igualmente silenciar sobre aspectos do presente, erigir referências canônicas para adentrar esse passado. É, da mesma forma, silenciar sobre a memória que conduz o leitor, a lembrança que o guia em direção a um pretérito porto seguro localizado nesse passado. (GUIMARÃES, 2010, p. 11).

Este estudo, de cunho histórico, se volta para a existência de um jornal, o *Mulherio*, escrito por mulheres na década de 1980, um período em que ainda eram muito latentes os desdobramentos da ditadura, porém os movimentos das mulheres já tinham lançado sua voz nacional e internacionalmente. Ademais, estavam no auge os debates em torno da formulação da Constituinte e o brado a favor dos direitos das crianças pequenas.

Nesse sentido, entende-se aqui, concordando com Guimarães (2010, p. 11), que “reconstituir as condições de produção e de possibilidade do texto significa igualmente reinscrevê-lo no cenário em que foi produzido, em diálogo com outros textos e supondo certo tipo de leitor”. Assim, olha-se para o jornal *Mulherio* localizando-o em um contexto histórico maior, para, em seguida, identificar quais representações de creche e de crianças bem pequenas (considerando aquelas de 0 a 3 anos de idade) comparecem na referida publicação.

O jornal *Mulherio* nasce por meio da ideia de redatoras e colaboradoras vinculadas à Fundação Carlos Chagas. O corpo principal do jornal era constituído, primeiramente, por Fúlvia Rosenberg, que, além de socióloga e pesquisadora do campo da educação infantil, fez parte do conselho editorial entre os anos de 1981 e 1983. Fúlvia foi uma das principais líderes na área da educação infantil no Brasil, bem como membro da Associação Brasileira de Psicologia e Educação Infantil e cofundadora e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação Infantil. O corpo principal do jornal ainda era composto por duas jornalistas: Adélia Borges (1981-1985) e Inês Castilho (1985-1988). Outra pesquisadora importante que fez parte do periódico foi Maria Malta Campos, que, concomitantemente às publicações do jornal, produziu diversas pesquisas no campo da Educação Infantil que colaboraram na compreensão e sustentação teórica desse trabalho. (FREITAS, 2014; OLIVEIRA, 2020).

O jornal teve sua importância em um período histórico em que a efervescência da participação popular em busca de uma redemocratização civil e política estava em seu momento auge. Logo, a ideia da criação de um jornal que abordasse o tema das mulheres e de seu contexto de vida surge para dar voz a essa esfera social, além de constituir uma voz importante dentro do cenário da imprensa independente. Outros jornais também compuseram esse cenário: o jornal

Brasil Mulher (1978-1980) e o jornal Nós Mulheres (1976-1978), que faziam parte de uma imprensa independente à época e tratavam sobre o espectro feminino. (FREITAS, 2014; OLIVEIRA, 2020).

Aqui cabe ressaltar que 1975 foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher (e a Década da Mulher foi até 1985), cujo objetivo era possibilitar uma discussão, em nível mundial, das questões que tinham as mulheres como sua protagonista, por exemplo, saúde, direitos reprodutivos, cidadania, emancipação e violência. Assim, não são fatos isolados que impulsionam a retomada dos movimentos feministas, mas uma combinação de fatores – inclusive a própria volta às atividades dos movimentos sociais com diferentes agendas –, que atua como catalisadora dessa segunda fase. (FREITAS, 2014, p. 151).

Foi adotado, para compreensão e análise do momento histórico e das publicações feitas no periódico, o conceito de representação das ideias, formulado por Chartier (1988), pois as representações sociais, segundo o autor, são capazes de traduzir, em um período histórico, as lutas por dominação de um grupo, ou indivíduo, sobre o outro, arquitetadas dentro das relações que estavam postas naquele momento histórico e na organização social vigente. Este conceito de representação está ligado à noção de representação enquanto instrumento teórico-metodológico de análise da história cultural. (PACHECO, 2005).

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1988, p. 17).

Com tal entendimento, este trabalho tem como objetivo geral identificar, nas páginas do jornal Mulherio, como as crianças comparecem representadas, principalmente em relação ao debate sobre a creche, entre 1981-1988. A hipótese aqui construída é a de que, tendo entre as propositoras/editoras uma professora pesquisadora da área de educação da criança pequena no Brasil – como a Fúlvia Rosemberg – é possível acompanhar no debate editorial o eco do que

estava sendo circulado na pauta nacional na década de 1980, ainda mais considerando a participação, ao longo do período, de outras pesquisadoras, como Maria Malta Campos. Pautando-se também pelo que Silva (2018, p. 7) aponta: “o jornal, portanto, apresentava matérias assinadas individualmente por suas autoras, o que significa que o editorial não assumia uma única posição sobre os assuntos tratados, propiciando uma construção caleidoscópica de opiniões, temas e abordagens, bem como de mulheres”. Com tal intuito central, três foram os objetivos específicos: 1) Compreender como a creche estava sendo representada no período; 2) Analisar notícias no jornal Mulherio que abordassem a criança e seu período de vida, a infância, na relação com a creche; e 3) Apresentar um mapeamento bibliográfico de estudos que tenham relação com a temática aqui investigada.

A metodologia escolhida para a construção deste trabalho baseia-se na pesquisa bibliográfica, que também é definida por Lakatos e Marconi (2003, p. 183) como aquela que, a partir de fontes secundárias, torna público aquilo que se encontrou em “publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão”.

Segundo esses autores, o objetivo central de tal pesquisa “é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (...)” (LAKATOS, MARCONI, 2003, p. 183). Evidenciando esse caminho de levantamento de estudos relacionados com o objeto deste estudo bibliográfico, definido por GIL (2002) como pesquisa desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, considera-se que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. (GIL, 2002, p. 45).

Estudos acerca dos temas creche, criança e jornal Mulherio não são exclusivos deste trabalho. Tais temas também são apresentados, de maneira difusa ou específica, em outros textos acadêmicos, que serão citados e discutidos nos tópicos seguintes.

Tendo em vista a relevância da temática, o presente trabalho tem o objetivo de analisar como a creche e as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade eram representadas e citadas no

jornal Mulherio. Esse levantamento pôde ser feito com base na análise das ocorrências das palavras “creche(s)”, “bebê(s)”, “infância” e “criança pequena”, nas mais diversas edições do jornal publicadas à época. Tais palavras foram selecionadas para se obter um filtro, dentro do jornal, de publicações que tivessem correlação com o objeto discutido no texto, pois têm associação direta com o campo de estudo da criança e da Educação Infantil.

No levantamento bibliográfico, feito em plataformas científicas específicas, como a Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília (BDM), a Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com base nas palavras indicadas no parágrafo anterior e assuntos correlatos, foi possível levantar trabalhos extremamente relevantes, porém foram selecionados para leitura os textos que mais se aproximavam, teórica e conceitualmente, da temática deste trabalho. As referidas plataformas foram escolhidas devido ao fato de serem bancos de trabalhos científicos. Tais textos são elencados nos quadros a seguir:

Quadro 1 - Busca na Biblioteca BDM

ANO	TÍTULO	AUTOR
2022	O que é o jardim de infância: textos e imagens que explicitam concepções para a educação das crianças (PABAE, 1965)	Guimarães, Lívia De Avelar Andrade.
2021	Participação infantil: as relações das crianças com docentes nas creches e pré-escolas	Araújo, Larissa Silva de
2020	Organização das creches no Distrito Federal (1970-1980)	Leandro, Stéfanny Honorato
2017	A história, a infância e o brincar de crianças pequenas.	Klein, Camilla Façanha
2016	Cuidar e educar na creche: concepções das professoras de bebês de 0 a 1 ano	Souza, Hélia Samara da Cruz de

Fonte: BDM, 2016 – 2022 – elaborado pela autora.

Os textos escolhidos na plataforma da BDM foram base para uma construção histórica e conceitual a respeito das creches e da relação desta instituição com as crianças pequenas. O trabalho de Guimarães (2022) faz um relato sobre o jardim de infância nos anos 1960 e o debate sobre as concepções de Educação Infantil. Principalmente, o contexto de delimitação da concepção do jardim de infância foi utilizado como apoio na construção teórica deste trabalho. A autora descreve as diversas fases que conceituaram essa etapa da educação.

Por sua vez, Araújo (2021) discute a centralidade da participação infantil. Este trabalho teve grande importância para compreender a centralidade da criança no processo educacional, tendo em vista a visão adultocêntrica a qual minimiza ou anula a participação social das crianças nas tomadas de decisões no processo educativo. Nesse sentido, a autora produz uma pesquisa qualitativa de abrangência nacional para apurar a participação das crianças diante dos docentes e conclui que há uma necessidade de formação continuada para a compreensão das infâncias e das crianças.

Leandro (2020) se aproxima do conteúdo que foi produzido neste trabalho por ter desenvolvido uma pesquisa histórica a qual fomentou teóricos da Educação que tivessem na linha de História da Educação. Seu trabalho faz uma abordagem sobre a luta por creches no Distrito Federal na década de 1970-1980, correlacionando os acontecimentos nacionais e sua vinculação junto ao jornal local *Correio Braziliense*.

Klein (2017) também contribuiu para a compreensão da história e da conceituação da infância no campo da fundamentação teórica. Este trabalho colaborou para uma leitura social em relação à visão da criança pequena à época. A leitura de trabalhos baseados em determinados momentos históricos refletiu na percepção do recorte temporal deste trabalho.

A escolha de leitura por Souza (2016) foi baseada no binômio educar e cuidar, com a finalidade de compreender como essa dualidade estava presente no período de 1980 dentro das publicações e debates teóricos da Educação Infantil no âmbito da creche. A autora faz um apanhado histórico das funções da creche no mundo e no Brasil, o qual corrobora com a compreensão do momento histórico.

Os textos obtidos por meio do portal de periódicos da CAPES foram filtrados pelas palavras “bebês”, “creche” e “história”, bem como por temas correlatos.

Quadro 2 - Busca no Periódicos CAPES

ANO	TÍTULO	AUTOR
2022	Uma história da política de creches no Brasil: o Projeto Casulo da LBA (1977-1985)	Vieira, Lívia Maria Fraga
2022	Seres competentes e sujeitos de direito: trajetória dos bebês nas pesquisas acadêmicas e nas creches	Simões, Patrícia Maria Uchôa
2018	Bebês nas creches e nos espaços urbanos cariocas	Gil, Márcia De Oliveira Gomes; Vasconcellos, Vera Maria Ramos de

2017	Movimentos sociais e a formação política de mulheres na luta por creches: a experiência do “Artcreche” em São Gonçalo	Tavares, Maria Tereza Goudard
2017	Do “balde” ao direito à creche: lutas de mães operárias	Silva, Marta Regina Paulo da; Schifino, Reny Scifoni

Fonte: CAPES, 2017-2022 – organizado pela autora.

No artigo de Vieira (2022), o recorte temático e temporal se aproximam muito ao que se discute neste trabalho monográfico. A Legião Brasileira de Assistência tem papel protagonista em relação a atuação das creches e por vezes é citada dentro do jornal. A autora direciona o texto para o debate da atuação da LBA por meio do Projeto Casulo no período (1977-1985). Nesse sentido é feito um levantamento histórico do momento social vivido à época e da construção dos serviços prestados como algo semelhante à creche popular.

Simões (2022) faz um levantamento teórico-metodológico do que vem se discutindo sobre bebês nas pesquisas acadêmicas atuais. Seu trabalho dialoga diretamente com dois temas que estão inseridos neste texto: bebês e a trajetória das creches no Brasil. O objetivo da autora é “trazer elementos para a discussão acerca dos bebês nas pesquisas e nas creches, analisando como a ciência moderna, em suas diversas áreas de conhecimento, tem perspectivado os bebês e quais as implicações dessas perspectivas adotadas nas políticas e práticas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil no Brasil”. (SIMÕES, 2022, p. 103).

O texto produzido por Gil e Vasconcellos (2018) parte das discussões relacionadas ao reconhecimento social do direito à creche para bebês e crianças pequenas, com foco na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2009 e 2016. A sondagem dos fatos ocorridos das ações que contribuíram para a ideia de creche colaboraram para este trabalho em sua perspectiva histórica.

Tavares (2017) analisa a luta dos movimentos sociais pelo direito à creche na forma de uma pesquisa qualitativa, a qual pretende investigar o trabalho cotidiano e as lutas de um grupo de educadoras populares. Seu trabalho tem o objetivo de detalhar e atualizar a luta de Movimentos Sociais urbanos com foco no Movimento de Articulação das Creches de São Gonçalo (ArtCreche), que, desde 1980, tem edificado a pauta coletiva de demandas e lutas junto ao poder público e sociedade civil em São Gonçalo/RJ. Isso contribuiu para se entender em especial o papel das mulheres e dos movimentos sociais na luta por creches, que é referenciado na década de 1980 e em trechos do jornal Mulherio.

O texto de Silva e Scifoni (2017) busca dividir os resultados de uma pesquisa de mestrado realizada na Faculdade de Educação da UNICAMP/SP. O objetivo é apurar a luta de

mulheres operárias pela educação das crianças em creches, a fim de verificar se o exercício desse direito é proporcional à garantia da qualidade da Educação Infantil. O texto cooperou na assimilação da relação das creches com a emancipação feminina, que faz parte das discussões propostas neste trabalho. A busca por textos na SCIELO foi filtrada pelas palavras “educar” e “cuidar”. Esse filtro auxiliou no levantamento bibliográfico e na compreensão das discussões a respeito desse tema, e que circundam o universo da creche.

Quadro 3 - Busca no SCIELO

ANO	TÍTULO	AUTOR
2020	Cuidar e educar: O sujeito em constituição e o papel do educador	Oliveira, Marcia Aparecida; Donelli, Marina Schneider; Charczuk, Bicca Charczuk.
2018	O laço educador-bebê se tece no enodamento entre cuidar, educar e brincar	Fonseca, Paula Fontana.
2017	De Grumetes a Kunumys – estilos de infâncias brasileiras	Profice, Christiana Cabicieri. Santos, Gabriel Henrique Moreira dos.
2016	A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância	Fonseca, Sérgio César da; Almeida, Elmir de.

Fonte: SCIELO, 2016-2020 – organizado pela autora.

O artigo escrito por Charczuk, Donelli e Oliveira (2020) refere-se à investigação da ideia a qual as educadoras têm sobre seu papel na Educação Infantil. Foram realizados estudos de caso, com entrevistas e observações com cinco educadoras, a partir das práticas do cuidar e educar. O texto colaborou com o debate em relação a função da creche e o papel das famílias e dos atores sociais que a compõem.

Fonseca (2018) se propõe a debater três aspectos que se destacam como parâmetros para uma ação educativa dirigida a bebês e crianças pequenas no âmbito das creches. As práticas educar, cuidar e brincar são apresentados na literatura como tendo uma função intrínseca à atenção ofertada às crianças. Porém, é preciso compreender com mais exatidão essas ações e os seus possíveis efeitos no laço ofertado ao bebê. O autor discute esses conceitos relacionando outros teóricos e documentos oficiais que demarcam essas condutas.

Profice e Santos (2017) expõem particularidades sociais e históricas das infâncias brasileiras. Segundo os autores, trata-se de uma junção de diferentes estilos de infância a partir da colonização portuguesa. Retoma-se o processo de mútuo conhecimento e transformação entre as crianças/jovens que vieram de Portugal e as dos povos originários do Brasil. Tal texto,

levantado para leitura e embasamento teórico, serviu para entender a formação da infância brasileira, pois não é possível falar de creche sem falar de criança.

Fonseca e Almeida (2016) trazem a ideia do processo de interiorização que seguiram as políticas da LBA no Brasil. A partir da leitura de documentos oficiais da LBA paulista, procurou-se destacar características das políticas de sopa escolar, da caixa escolar e dos postos de puericultura, bem como sua operação, locais de execução e parcerias institucionais a fim de indicar traços da interiorização em curso. Nesse contexto, a atuação da LBA tem grande impacto na condução da Educação Infantil na década de 1980.

Este levantamento bibliográfico foi necessário para entender o que já estava sendo discutido amplamente sobre o tema central deste estudo e para a construção das ideias que foram articuladas ao longo do texto, além de conduzir a leituras de autores imprescindíveis para a compreensão do tema e do momento histórico. Os textos foram filtrados nas plataformas citadas anteriormente neste trabalho, por meio das palavras-chave “história da creche”, “criança”, “infância” e “Mulherio”. A partir dos trabalhos selecionados por meio desse critério, pôde ser construída a bibliografia deste trabalho e pôde se contribuir para a construção das mudanças históricas no pensamento a respeito principalmente das creches. Essa produção parte das constatações e ideias já investigadas e escritas por outros autores que antecedem este trabalho monográfico.

Com a finalidade de entender como eram representadas as crianças pequenas e a creche pelo jornal Mulherio, o presente estudo se divide em dois capítulos. O primeiro, intitulado *Creche, a criança e o contexto histórico de surgimento do jornal Mulherio*, tem como intuito contextualizar os conceitos centrais do objeto de estudo e embasar historicamente a leitura posterior dos trechos do jornal à luz dos acontecimentos que ocorreram na década de 1980. E o segundo capítulo, *A creche e a criança pequena sob a perspectiva do jornal Mulherio*, elucida os trechos do jornal que estão ligados à criança e à creche e como eram citadas dentro do periódico. Esse capítulo faz um apanhado de temas recorrentes, além de expor referências internacionais. Ademais, há uma breve discussão a respeito da correlação entre o movimento feminino e o objeto de investigação.

1. A CRECHE, A CRIANÇA E O CONTEXTO DE SURGIMENTO DO JORNAL MULHERIO

A instituição creche surgiu na França em meados de 1844, tratada, inicialmente, como uma instituição de acolhimento e com caráter meramente assistencialista, com o objetivo de guarda das crianças das famílias operárias e de assistência às crianças abandonadas. Esse movimento de criação de uma instituição que assiste às crianças vem pautado pela necessidade, principalmente, da força de trabalho feminina na indústria. O contexto de oferta da creche nesse período era baseado meramente em um espaço dedicado a confiar crianças pequenas a outros adultos. (PIMENTEL; SILVA, 2014).

Jean-Baptiste Marbeau é apontado como o criador da primeira creche em território francês, em 1844 (NASCIMENTO, 2001), e, ainda que se reconheça o caráter político da atuação de católicos como Marbeau, seu discurso era movido pela caridade; portanto, ainda não se tratava de criar a creche como sendo um direito da criança ou de sua progenitora. (PIMENTEL; SILVA, 2014, p. 129).

Com o avanço da industrialização na Europa, pode-se observar uma mudança no sentido da instituição creche e sua funcionalidade.

Foi a partir da segunda metade do século XIX, que as instituições pré-escolares passaram a ser difundidas internacionalmente, como integrantes de uma nova concepção assistencial: a assistência científica. Dentro dessa nova concepção, até as creches (para as crianças de 0-3 anos) deixaram de ter uma conotação pejorativa, como a atribuída às Casas de Expostos, pois esse novo modo de assistência tratava-se de um espaço para as mães não abandonarem seus filhos, contendo um caráter educativo. Nos Congressos Internacionais de Assistência a Infância, era indicada a implantação de creches junto às indústrias, pois esta recomendação era entendida como importante para a definição das relações de trabalho, principalmente em relação ao trabalho feminino. No entanto, as creches e as escolas maternas em indústrias não eram consideradas como um direito do trabalhador e de seus filhos, mas sim como uma 'benesse'. (PIMENTEL; SILVA, 2014, p. 130).

Do ponto de vista histórico, o direito à educação foi reconhecido pela primeira vez no Brasil em 1824, pela Constituição Imperial, que afirma a instrução primária gratuita como direito dos cidadãos brasileiros. Pode-se observar tal afirmação no título 8º: “Das Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros”, no inciso XXXII – A Instrução primária e gratuita a todos os Cidadãos. (BRASIL, 1824).

Apesar de o debate sobre o direito à educação ter sido iniciado pela referida Constituição Imperial, a colocação referiu-se apenas aos jovens e crianças com idade para aprender as primeiras letras (BRASIL, 1827). As crianças pequenas só entraram no debate do direito à

educação mais de 150 anos depois, quando são mencionadas na Constituição Federal de 1988. As próximas décadas foram marcadas por uma instituição assistencialista que busca a junção de educação e saúde em um só atendimento. Kuhlmann Jr (2000) descreve:

A concepção da assistência científica, formulada no início do século XX, em consonância com as propostas das instituições de educação popular difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos. A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O Estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades. (KUHLMANN JR., 2000, p. 14).

Com o aumento crescente da força de trabalho feminina na indústria brasileira, em 1925 foi feita a regulação das escolas maternas junto às indústrias, que posteriormente, em 1943, foi mais uma vez reforçada por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que previu a obrigatoriedade de oferta de creche quando houvesse um número a partir de trinta mulheres acima de 16 anos empregadas. (CAMPOS; PATTO; MUCCI, 1980).

Em 1945, o contexto da Segunda Guerra Mundial proporcionou para alguns países, em destaque para os Estados Unidos, uma expansão desta instituição, chegando a contabilizar mais de 1,6 milhões de crianças sendo atendidas. (CAMPOS; PATTO; MUCCI, 1980).

No panorama de avanços e retrações das instituições conhecidas como creches, maternal, pré-escola e jardim de infância, pode-se observar em contextos internacionais ainda a experiência em Israel do Kibutz, baseada na vida em comunidade, inclusive na criação dos pequenos. Outra experiência que pode ser observada é a de países que passaram por uma reforma socialista junto à União Soviética, como Cuba e China. As propostas de reformas desses regimes impunham a inserção das mulheres no mundo do trabalho e, conseqüentemente, o cuidado coletivo das crianças. Já nos países de industrialização massiva, como Inglaterra, Estados Unidos e França, a expansão e reivindicação das creches veio por meio do movimento das mulheres. (CAMPOS; PATTO; MUCCI, 1980).

No Brasil, a história das creches começa na organização das comunidades mais pobres e na luta das mulheres trabalhadoras; e sua identidade passa pelo enfrentamento do assistencialismo e pela desigualdade dos atendimentos dirigidos às classes mais pobres e às mais abastadas (SIMÕES, 2020). Na visão de Faria (2006):

Assim, com uma história completamente diferente da história da escola, a creche é um direito à educação também diferente. Ela é constituída por três atores: pais e mães, professoras e crianças. Articula o direito à educação das crianças pequenas com o direito trabalhista dos seus pais e mães. (FARIA, 2006, p. 284-285).

A década de 1970 representou mudanças importantes em relação ao posicionamento referente às creches. Nesse período, a luta por creches por meio dos movimentos das mulheres se intensificou. Houve também mudanças em relação à função dessa instituição e às correntes científicas que norteavam a funcionalidade da instituição.

Nos anos de 1970, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos defendiam a educação compensatória com vistas à compensação de carências culturais, deficiências linguísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares. Influenciados por orientações de agências internacionais e por programas desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, documentos oficiais do MEC e pareceres do então Conselho Federal de Educação defendiam a ideia de que a pré-escola poderia, por antecipação, salvar a escola dos problemas relativos ao fracasso escolar. (KRAMER, 2006, p. 799).

As décadas de 1970 e 1980 são períodos de muitas proposições, tensões, intervenções e reflexões no campo da educação da criança pequena. Os ideais que permeavam o debate em torno da Educação Infantil estavam ligados às desigualdades sociais, que prejudicavam o desempenho escolar, além de um desejo governamental em usar a educação das crianças pequenas para combater a pobreza. Outros fatores que dificultavam a definição de uma política educacional unificada era a visão abstrata da infância no presente, sendo que o foco deveria ser sempre no cidadão do futuro, ou ainda, na educação infantil como solução dos problemas sociais da época. (SILVA, 2016).

Nesse sentido, haviam diversos atores sociais que estavam impulsionando a criação de creches e ampliação de sua oferta, ora por necessidade de um local para deixar as crianças no horário de trabalho, em geral as mães trabalhadoras, ora por interesse em elevar o nível social brasileiro.

As instituições de educação infantil tanto eram propostas como meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. As ideias socialistas e feministas, nesse caso, redirecionavam a questão do atendimento à pobreza para se pensar a educação da criança em equipamentos coletivos, como uma forma de se garantir às mães o direito ao trabalho. A luta pela pré-escola pública, democrática e popular se confundia com a luta pela transformação política e social mais ampla. (KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 11).

Em 1977, nos governos do General Geisel e do General Figueiredo, a criação de creches no país foi iniciada por meio da implantação do Projeto Casulo, de abrangência nacional e coordenado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), que objetivava apoiar iniciativas de

entidades de caráter filantrópico ou comunitário, por meio de financiamento com recursos públicos para a criação de novas vagas em creches para crianças de 0 a 6 anos. (KUHLMANN JÚNIOR, 2000; VIEIRA, 2010).

Posteriormente, sob o lema de que a "Creche é direito da criança e dever da sociedade", a LBA lançou no final de 1981 a Campanha Nacional de Creches, quando buscou um engajamento empresarial, com o Projeto de Adoção Financeira de Creches, vinculado ao Programa Nacional do Voluntariado/PRONAV. Foi nesse período que o programa alcançou maiores índices de atendimento, o que coincidiu com o crescimento de movimentos específicos de luta por creches nas maiores cidades do país. A partir dessa iniciativa, a creche passou de um "mal necessário" para uma "estratégia de combate à pobreza".

O Brasil também foi palco de diversos movimentos sociais no final dos anos 1970, em plena ditadura militar, resultando na abertura política. O Movimento de Luta por Creches defende um novo conceito de creche como uma questão de direito, em oposição à tradição caritativa e de custódia. Em São Paulo, onde esse movimento teve origem, a resposta do poder público foi bastante expressiva. Implantou-se um programa de expansão da rede pública de creches, que até hoje é a maior da América Latina. (HADDAD, 2006, p. 11).

O fato de o Estado assumir a organização de uma campanha, com o objetivo específico de incentivar a criação de creches em todo o país, sugere que essa instituição passou a ser vista como um direito. Entretanto, o dever do Estado frente a esse direito e o caráter educativo do equipamento não constavam dos textos legislativos do período.

Devido a esta posição, que entende a oferta de creches e pré-escolas públicas não só como uma resposta ao direito da mulher à igualdade na sociedade, mas também como uma exigência relativa ao direito das crianças à educação, é que tanto creche, como pré-escola, deve ser incluídas também na parte da Constituição que trata de educação. (CAMPOS, 1986, p. 59).

Com a Constituição Federal de 1988, surge uma nova concepção da creche¹, como um dever do Estado e do empregador, o que possibilitou uma interpretação desse direito também no campo da Educação e não apenas no campo da Assistência. Nesta senda, vale destacar que,

¹ Constituição Federal de 1988, art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ((Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015) XXV- assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. Isto é, trata-se de um direito da criança de ser tutelada por uma instituição segura e que possibilite seu pleno desenvolvimento humano. É um dever do Estado em relação à proteção e à promoção da infância.

posteriormente, quando a creche passou a ser vista com um caráter educativo, as suas funções e currículo também foram postos em pauta e o cuidar e o educar ganharam um importante espaço de discussão neste âmbito. (FEITOSA, 2009).

O marco que determinou mudanças expressivas para a creche foi a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ela estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que abrangeu a educação da criança pequena como parte do sistema educacional brasileiro. (BRASIL, 1996).

Somente após nove anos da promulgação da Constituição Federal, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), a responsabilidade da Educação Infantil foi transferida da Secretaria de Assistência para a Secretaria de Educação, constituindo-se parte da Educação Básica. Ao longo do tempo, o cuidado passaria a ser secundarizado, pois o educar seria o foco das instituições voltadas para a infância, e a creche seria uma extensão das finalidades da família. (PASCHOAL, MACHADO, 2009).

A partir da análise de todo o exposto até aqui, vale esclarecer que, baseado no contexto histórico, nas lutas sociais e nas alterações do ordenamento jurídico acerca da concepção do conceito de creche e de criança pequena, compreende-se, hoje, como creche um ambiente designado à criança pequena de 0 a 3 anos de idade; sendo um direito da criança, um dever do Estado e uma opção da família; e que deve ser assegurado em espaços educacionais e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, abrangendo o cuidar e o educar. (FURTADO, 2015).

A compreensão desse conceito é essencial para o presente trabalho, uma vez que viabilizará uma comparação com a atual percepção da função da creche, dos direitos das mulheres e dos direitos da criança pequena com aquela trazida pelo Jornal Mulherio, tratado aqui como um reflexo das ideias que permeavam o tema na década de 1980.

1.1. As modificações do direito à educação da criança pequena dentro do ordenamento jurídico

Conforme pode ser percebido ao longo deste trabalho, há muitas discussões acerca dos direitos da criança e a importância da educação para o seu pleno desenvolvimento social, cultural e econômico, bem como seu desenvolvimento como cidadãos de direito, no presente e no futuro. (CURRY, 2007; DUARTE, 2007; GENTILLI e OLIVEIRA, 2013; SANTOS, 2015).

As convenções que originaram os debates em torno dos direitos da criança resultaram em documentos internacionais como Declaração de Genebra (1923), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção dos Direitos da Criança (1989). Não obstante os documentos internacionais supracitados, há também inúmeras ações destinadas às crianças na sociedade brasileira, dentre as quais se destacam a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), em 1940; do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941; e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942. (GIL, VASCONCELLOS, 2018).

Na perspectiva de Nunes (2011) e Perez e Passone (2010), essas iniciativas são consideradas um marco no atendimento a famílias, crianças e jovens, principalmente os mais pobres e necessitados.

O Brasil, assim como vários países do mundo, tornou-se signatário dos preceitos da Convenção, o que exigiu do Estado a elaboração de dispositivos legais coadunados ao código normativo da Convenção, bem como a implementação de políticas públicas em defesa dos direitos da infância. (ANDRADE, 2010, p. 85).

Apesar da importância das ações supracitadas, os direitos educacionais das crianças pequenas não foram estabelecidos por elas, deixando-os esquecidos e invisibilizados no discurso oficial ao longo de anos. Ante a inexistência de uma normatização dos direitos educacionais da criança pequena, o lugar do bebê na legislação brasileira, até a década de 1980, acaba por permanecer vinculado à figura da mãe, em expressões como “materno-infantil”, ou incluído na palavra criança. Nesse jogo semântico, o vocábulo criança é utilizado de forma ampla e as garantias legais destinadas aos bebês tornam-se débeis e subjetivas. (SIMÕES, 2022).

No Brasil, em termos de legislação, regulamentando os direitos da criança pequena à educação, tem-se conquistas consideráveis a partir da década de 1980, como, por exemplo, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394 de 1996, em que o país adere formalmente à concepção da criança como sujeito de direitos, detentor de potencialidades a serem desenvolvidas, em sintonia com as normativas internacionais.

Assim, apesar do grande período de omissão da legislação em relação aos direitos específicos da criança pequena – por muito tempo associados aos direitos e garantias da figura materna – desde a década de 1980 até hoje, verifica-se uma transformação no que diz respeito aos direitos da criança pequena, uma vez que a educação infantil, além de atualmente ser

considerada a primeira etapa da Educação Básica, embora não obrigatória, é um direito da criança pequena e tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para o seu desenvolvimento e bem-estar, com o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências. (PASCHOAL, MACHADO, 2009).

1.2. Contexto histórico e social do surgimento do jornal Mulherio

O jornal Mulherio foi veiculado no Brasil entre os anos 1981 e 1988 com o intuito de comunicar e produzir estudos sobre a condição das mulheres brasileiras em geral. O periódico contou com quarenta e duas edições até o ano da sua última publicação e era constituído por professoras pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. (FREITAS, 2014)

Os nomes que compunham o eixo principal do jornal eram: Inês Castilho, Adélia Borges e Fúlvia Rosemberg. As pautas do periódico giravam em torno de temas que alicerçavam o movimento das mulheres e de outros temas correlatos, como descreve Macedo (2013):

Suas matérias tornavam públicas as pesquisas da área e em algumas edições havia também referência a artigos publicados no Caderno de Pesquisa (revista científica também de publicação da mesma Fundação). Assim, Mulherio contribuía na luta por creches, pois além divulgar a produção de conhecimento sobre diversos temas de interesse social trazia informações sobre os diversos movimentos sociais e políticos. Embora tratasse também de temas mais diversos, tendo inclusive uma seção dedicada à cultura (cinema, teatro, literatura, fotografia, etc.) abordava os anseios democráticos deste período histórico como: o movimento pelas Diretas Já, luta pela Assembleia Nacional Constituinte democrática e soberana, etc. (MACEDO, 2013, p. 4).

O Brasil dos anos 1980 passava por profundas transformações políticas. Era um período de redemocratização no país e do nascimento da Constituinte de 1988, vigente até os dias atuais. Além da mudança no estilo de vida das famílias, estas passaram a contar com a mão de obra feminina em diversos setores sociais. Isso se deu, sobretudo, pelo período de urbanização e industrialização vivido no Brasil em décadas anteriores. Por outro lado, tal situação traz diversas problematizações, como, por exemplo, a mais importante para nossa análise: a guarda e o desenvolvimento das crianças pequenas. (SILVA; SCHIFINO, 2018).

O próprio jornal aborda o tema em uma de suas edições, em um trecho com a seguinte constatação: “a crescente pauperização e o aumento do número de mulheres que trabalham fora levam à decidida luta pela criação de creches.” (MULHERIO, 1985, p. 3).

No campo das produções científicas, das publicações oficiais de caráter governamental e de órgãos internacionais na temática relativa à educação da criança pequena, surge em 1981

o jornal *Mulherio*, como uma imprensa feminina escrita por mulheres com o intuito de investigar a condição da mulher no Brasil. E uma das pautas desse grande objetivo é a relação das mulheres com as creches.

Em sua primeira reunião aqui na Fundação Carlos Chagas no dia 4 de fevereiro, o conselho decidiu que *Mulherio* não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto – seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debatermos todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições. (MULHERIO, 1981, p. 1).

O contexto histórico em que foi constituído o jornal foi um período transitório entre o Regime Militar e a redemocratização do Estado brasileiro. Este momento também era impulsionado pelas mudanças sociais que já estavam ocorrendo em lugares como Estados Unidos e Europa, em aspectos como dinâmica social, trabalho e família. Outro marco importante para esse momento foi a criação do Ano Internacional da Mulher (e a Década da Mulher se estendeu até 1985) em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU). (FREITAS, 2014).

No contexto dos estudos acadêmicos referente às mulheres, já havia fundações internacionais que financiavam pesquisas e projetos no Brasil em parceria com as Universidades e fundações. Por exemplo, a Fundação Ford (FF) tinha um foco nos estudos de ciências sociais. O projeto que mais teve repercussão foi a parceria entre a Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas (FCC). Surgiu dessa cooperação o Departamento de Assuntos Educacionais (DAE), o qual tinha o intuito de estudar a condição das mulheres do Brasil, além de outros temas. A produção que inaugurou esses estudos foi nomeada “Bibliografia anotada sobre a mulher”, publicada em dois volumes em 1979, produzida pela pesquisadora Fúlvia Rosenberg. Os principais eixos que foram levantados nessa pesquisa estavam ligados aos aspectos sociais, econômicos e educacionais. (OLIVEIRA, 2020).

Todos esses movimentos sociais, a efervescência pelos direitos sociais e o surgimento de espaço para debate público e mudanças políticas colaboraram com o nascimento da imprensa independente que se propôs discutir temas como o papel social da mulher, os direitos da mulher nas mais diversas esferas, a creche, os encontros institucionais, a condição das diversas mulheres, a violência, entre outros temas. (FREITAS, 2014; OLIVEIRA, 2020).

O contexto social e econômico do surgimento da imprensa independente foi marcado pela crescente onda do feminismo no mundo, pelo atuante debate da retomada democrática e pelo período de um pós milagre econômico, o qual conduziu muitos brasileiros do campo para

a cidade, bem como conduziu mulheres do lar para ocupações de postos de trabalho. (SOUZA-LOBO, 2011; OLIVEIRA, 2020)

2. A CRECHE E A CRIANÇA PEQUENA SOB A PERSPECTIVA DO JORNAL MULHERIO

Tendo por base essa breve contextualização do surgimento das creches, temas como a transformação dessa instituição e as questões que circulavam sobre educação infantil na década de 1980 serão discutidos nas próximas seções, por meio de citações a respeito desse tema abordado pelo jornal Mulherio. Esse periódico estava intimamente relacionado ao movimento das mulheres e, logo, uma das pautas era o direito à creche que apoiaria a inserção da classe feminina no mundo do trabalho fora de casa. A partir de agora, a expectativa dessa análise será a compreensão e a identificação da forma como a creche e as crianças pequenas eram representadas dentro do jornal.

O jornal pode ser acessado por meio da Hemeroteca Digital. Ao acessá-lo, foram feitas buscas com palavras-chave associadas principalmente ao tema creche. Foram escolhidos termos que se referem especificamente aos usuários da creche. Isso se justifica pois o objeto principal deste trabalho é entender a representação da ideia de creche e da criança pequena dentro dos textos em todo o período de vigência do Mulherio (1981-1988). No processo de levantamento das ocorrências das palavras “creche(s)”, “bebê(s)”, “infância” e “criança pequena” dentro do jornal, pode-se observar alguns temas que circundavam a creche e a criança no periódico. Logo, serão eleitas algumas passagens que tratam dos termos citados para elencar as pautas ligadas a esse universo. Para elucidar futuros questionamentos, há mais de trezentas citações referentes aos termos escolhidos, porém foram selecionadas aquelas pertinentes à discussão proposta.

A seleção foi feita com base na leitura dos textos em que ocorressem as palavras supracitadas. Em seguida, ao encontrar essas referências, por meio da caixa de busca dentro do jornal em formato digital, foi feita a leitura e a seleção das colunas e das notícias que tratavam majoritariamente do tema creche, ainda que fizessem referência ou ligação a outros temas. Nesse sentido, foram selecionados trechos (ou textos inteiros) que pudessem demonstrar como o tema creche estava sendo representado, a partir das publicações que retratavam as discussões que as mulheres que compunham o jornal percebiam à época.

Este capítulo abrange três tópicos de discussão a partir da leitura e interpretação dos trechos eleitos para as análises. O primeiro tópico aborda a visão da creche e da criança pequena

à luz do jornal *Mulherio*. O segundo é um breve apanhado da influência do movimento das mulheres nos conceitos de creche e da criança pequena na perspectiva do periódico. E, por fim, no terceiro tópico serão expostas citações de experiências internacionais relacionados à creche dentro dos textos publicados.

2.1. A creche e a criança pequena à luz do jornal *Mulherio*

Conforme já esclarecido nesse trabalho, as creches, inicialmente, surgiram no Brasil com caráter unicamente assistencialista e de guarda das crianças para que as operárias-mães pudessem trabalhar normalmente. Essa forma de enxergar a creche é percebida dentro do jornal, que, inclusive, também elucida debates sobre um programa chamado “Mãe crecheira”.

Creche familiar, mãe-crecheira, creche domiciliar, lar substituto são algumas das expressões usadas para dar conta da mesma experiência: uma mulher cuida, em sua própria casa, dos filhos de outras mulheres que saem para trabalhar fora.

Essa forma de cuidar não é nova. Faz parte há muitos anos dos usos e costumes espontâneos das moradoras das grandes cidades, especialmente nos bairros pobres da periferia. A novidade é que, agora, várias instituições governamentais como FEBEMs, LBA, Ministério da Previdência Social e Fundação de Serviço Social de Brasília, estão institucionalizando a experiência.

E mais: alguns técnicos parecem estar vendo esta proposta como modelo definitivo de creche brasileira. Isto é, uma solução miserável para um país pobre. (MULHERIO, 1983, p. 6).

Esse formato de oferta de tutela das crianças era baseado em repasse de subsídio para uma mulher que cuidava de seus filhos e outros filhos de mães que trabalhavam fora em sua própria casa. O projeto era questionado pelas escritoras pesquisadoras por alguns motivos: era uma opção mais barata ao Estado, mas não garantia a infraestrutura adequada para receber as crianças; atividades de desenvolvimento pedagógico não remuneravam as mães por não caracterizar vínculo empregatício; as doações que eram repassadas acabavam sendo pulverizadas diante das necessidades da família que recepcionava essa modalidade de atendimento.

Ultimamente vem-se falando pouco em creche e muito em soluções tipo mãe crecheira...

Acho que esse é o jeito de desviar a luta por creches. Um programa bem feito de mãe crecheira tem os mesmos custos que uma creche. Isso está amplamente demonstrado. Porque é preciso de infra-estrutura, mantimentos, controlar... Além do que, não funciona, é totalmente irreal diante da nossa realidade. Instituir mãe crecheira significa apenas por carimbo oficial na miséria. (MULHERIO, 1985, p. 16).

Ao final do artigo são elencadas algumas experiências que tiveram êxito por reverterem esses problemas e o resultado é que o programa feito com as mães crecheiras registradas e treinadas, com atividade complementar para as crianças e estrutura adequada, tem o mesmo valor de uma creche tradicional.

As denominações usadas, apesar de variarem muito – creche domiciliar, mãe crecheira, creche familiar, lar vacinal – referem-se a um mesmo modo de guarda da criança pequena: uma mulher toma conta em sua própria casa, mediante pagamento, de filhos de outras famílias enquanto os pais trabalham fora.

Este sistema de guardada criança pequena não é novo, nem específico ao Brasil ou a países subdesenvolvidos. O que tem sido novo é a divulgação do programa em nosso meio com a solução alternativa de o Estado expandir o número de vagas em creches. (ROSEMBERG, 1986, p. 73).

Pode ser observado em diversos trechos a reivindicação, a luta e o destacamento da importância da creche para as mulheres, conforme o trecho a seguir:

A maternidade tem que ser reconhecida como *função social* e não como ônus pessoal da mulher, dando-lhe o direito à proteção, à licença remunerada por gravidez e puerpério, aos serviços de creches e jardins de infância; o planejamento familiar deve ser um direito exclusivo dos casais ou dos indivíduos, vedada qualquer coação dos poderes públicos, e incluir a educação e a informação necessárias ao exercício desse direito. (MULHERIO, 1986, p. 18).

Esses pontos abordados pelo jornal Mulherio são, em sua maioria, os debates mais pujantes levantados à época e que retratam as pautas presentes e latentes para as mulheres. Isso porque creche e emancipação feminina demonstravam ser inseparáveis.

No Brasil, para as feministas, a luta pela creche significava, no final da década de 1970, uma das bandeiras para a emancipação. As mulheres, lutando pelo atendimento de necessidades básicas em seus bairros, incluíam a creche na agenda de reivindicações dos movimentos que protagonizaram, entendendo-a como um desdobramento de seu direito ao trabalho e à participação política. O movimento feminista trouxe para a luta a crítica ao papel tradicional da mulher na família e a defesa da responsabilidade de toda a sociedade em relação à educação das novas gerações. (FINCO; GOBBI; FARIA, 2015, p. 9).

Em uma das publicações, há um artigo chamado *Trabalho feminino em discussão*. O artigo revela discussões feitas em um encontro regional, no estado de São Paulo, do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. Dentro desse texto, há diferentes temas que foram abordados e um deles é “Creche e preconceito”.

No Brasil, apenas 10% das trabalhadoras acesso a creches, daí o assunto continuar sendo um dos mais graves para a mulher trabalhadora. Na busca de uma solução, o

encontro propôs a obrigatoriedade de creche para empresas com quinze mulheres em seus quadros, quando a lei atual fala em trinta. Estabelece ainda multas para as empresas faltosas e fiscalização mais efetiva, além de convênios firmados entre o CDNM e o Ministérios da Saúde, Educação e Previdência e Assistência Social para supervisão técnica de implantação e manutenção das creches conveniadas e nas empresas. (MULHERIO, 1987, p. 12).

O debate em torno das creches conveniadas é alvo das publicações, pois era necessário garantir a efetividade desse direito, bem como a qualidade do serviço prestado. Porém, a proposta é diversas vezes condenada por Rosemberg (2002), pois não se apresentava como modelo de larga escala para a Educação Infantil de baixo custo governamental, aliado ao atendimento em massa dos pequenos e à crescente mão de obra qualificada. (GUIMARÃES, 2017). Ainda nessa linha de pensamento, Kramer (2006) afirma:

Na prática, observa-se a tentativa de conciliar, numa mesma situação, profissionais com níveis de escolaridade distintos. No caso das creches comunitárias, esta realidade se impõe: profissionais não habilitados dedicam-se ao atendimento de uma parcela significativa da população de 0 a 6 anos, tentando suprir a omissão e ineficiência do Poder Público, sem falar do expressivo contingente de creches e pré-escolas particulares que contrariam a legislação quanto às instalações adequadas e à formação dos profissionais. As creches comunitárias, no Brasil, foram incentivadas pelo UNICEF, a partir de 1979. A expansão deu-se na década de 1980, com os movimentos sociais (associações de moradores, grupos de luta contra a carestia, etc.). (KRAMER, 2006, p. 805).

O jornal também registra diversos movimentos que lutam pela garantia ao direito à creche. É possível observar que as reivindicações nesse contexto eram baseadas nas quantidades de vagas e estabelecimentos para receber as crianças.

A mudança na organização da força de trabalho na sociedade na década de 1980 conduziu as mulheres ao mercado de trabalho em maior número. As mulheres que eram mães tinham como desafio a decisão de onde deixar seus filhos enquanto trabalhavam, porém nem sempre se saíam bem sucedidas nesse desafio. Logo, situações como crianças deixadas sozinhas, trancadas em casa ou com cuidadoras pagas, mas com serviços débeis, e a busca pelas poucas vagas ofertadas em creches eram a realidade na vida da mulher que era mãe e trabalhadora nesse período. (CAMPOS; PATTO; MUCCI, 1980).

Creches, ainda objetivo de controvérsia
Com quem devem ficar as crianças quando a mãe sai para trabalhar? Para a maioria dos 150 participantes do “Seminário sobre Creches”, promovido em junho, em São Paulo, pelo Movimento de Defesa do Menor, a solução ideal é a rápida multiplicação de creches mantidas pelo poder público e administradas diretamente pela comunidade. (MULHERIO, 1981, p. 22).

Julho de 51, na porta da Prefeitura de São Paulo, cerca de 500 mulheres da periferia cobram do prefeito o cumprimento de uma promessa feita no início de sua gestão: a construção de 830 creches na cidade. Até hoje só foram construídas 30, a maioria em péssimo estado, enquanto o Movimento de Luta por creches espalha-se por toda a cidade. (MULHERIO, 1981, p. 12).

Ao falar em números de vagas e oferta das creches, é possível observar um crescimento significativo. A luta por números de estabelecimentos que fossem nos bairros de residência e trabalho, era apenas a “ponta do *iceberg*”. Apesar dos índices de matrículas crescerem vertiginosamente, as bases desse crescimento eram frágeis, como aponta Rosemberg (1999):

Isto é, o modelo a baixo custo apoiado numa concepção das “habilidades naturais” da mulher para o exercício da função de educadora infantil, impregnou o imaginário e as práticas sociais, generalizando-se como o modelo possível e adequado de educação infantil para o Brasil. Baseando-se no enfoque de compensação de carências de populações empobrecidas, o governo federal estimulou a abertura de vagas pela administração municipal, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, que recrutou mão de obra não formada para atuar junto as crianças com idade próxima ou superior à prevista para o ingresso no ensino fundamental. (ROSEMBERG, 1999, p. 20).

Dentro desse universo, também está elencada a luta por um estabelecimento nas proximidades do lar ou do trabalho. O debate em torno do cumprimento da lei foi algo enfático nas publicações. Houve até mesmo relatos de processos judiciais que ocorreram à época para fazer valer os direitos da mulher trabalhadora.

Creches – Raríssimas são as empresas que levam à prática esse direito. São também raríssimos os casos de reclamações trabalhistas em que se reivindica o cumprimento dessa norma. As mulheres não só desconhecem o conteúdo da lei, como em geral ignoram que as leis trabalhistas são assunto de ordem pública. Além disso, a obrigatoriedade de creches é colocada de forma muito difusa na CLT. A lei apenas determina que as empresas com mais de 30 empregados devem manter creches próprias ou convênios com instituições desse tipo, mas as firmas burlam a fiscalização, surgem as creches fantasmas e a trabalhadora não encontram solução para o problema.

Historicamente, o direito à creche sempre foi pensado apenas em relação à mulher. Parte-se do errôneo pressuposto de que a responsabilidade pela criação dos filhos cabe exclusivamente a ela. Uma forma de resolver esse problema seria o funcionamento das creches próximas aos locais de moradia, mantidas pelo Estado em convênio com os empregados, como um direito assegurado na parte geral da CLT. (MULHERIO, 1982, p. 7).

A questão da mobilidade urbana e de uma logística de cotidiano facilitada não são problemas vividos apenas nos dias atuais. A discussão a respeito da presença das creches nas proximidades do lar ou do trabalho já vem sendo levantada por publicações em geral desde o surgimento das próprias creches. Há trechos do periódico em que se retrata a dificuldade das trabalhadoras em usufruir o direito à creche, assegurada pela empresa conforme a CLT, pois as

creches se localizavam muitas vezes em bairros afastados de suas residências ou de seus empregos, o que comprometia seu processo logístico do cotidiano. Segundo Campos (1986), “a defesa das creches nos locais de trabalho e moradia é feita no sentido de garantir a livre opção das mulheres no exercício de sua profissão.” (CAMPOS, 1986, p. 59)

Dentro dessa perspectiva, o Conselho Estadual da Condição feminina do Estado de São Paulo, desde a sua criação, tem defendido uma política de incentivo à criação de creches, tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, nos locais de moradia e de trabalho. (TELES; MEDRADO; GRAGNANI, 1986, p. 40).

Nessa questão, há outro ponto de tensão que é o horário de funcionamento das creches, que, por vezes, não atendiam a algumas demandas de jornada de trabalho, como, por exemplo, as aeromoças.

– Malu Grabovsky, da Associação das Comissárias de Bordo: “Nós somos treinados para ‘nos oferecer’ aos passageiros, temos que ser lindas para eles, mas somos proibidas de aceitar qualquer cantada.”. Como a gravidez é considerada antiestética, as aeromoças, até certo tempo atrás, eram despedidas quando ficavam grávidas. Conseguimos acabar com a dispensa, mas agora temos outras brigas. Somos submetidas a uma escala de trabalho desumana e, em geral, durante o período de um mês, ficamos apenas 10 dias com os filhos, em casa. Nenhuma empresa aérea tem creche, e não podemos deixar nossos filhos em creches convencionais, por causa do problema do horário. Por isso, estamos trabalhando agora para a criação de creches mantidas diretamente pelas empresas.” (MULHERIO, 1981, p. 4).

O debate em torno da jornada e horário de funcionamento dos estabelecimentos de Educação Infantil aconteceu a partir da necessidade de um setor específico da classe trabalhadora feminina. Ao compreender quem eram as crianças que frequentavam as creches, é possível entender quais as demandas dessas instituições.

Aqui faltou verificar – a pergunta não foi incluída no questionário – se as famílias matriculariam as crianças em horário integral se a oferta existisse. Seria importante levantar este aspecto tão polêmico no campo das políticas públicas, pois muitas vezes se defende a necessidade de escolas de tempo integral para crianças mais velhas e no entanto se minimiza a oferta desta modalidade para as crianças de 0 a 6 anos. Considerar este aspecto em pesquisas futuras seria também fundamental. (KAPPEL, CARVALHO, KRAMER, 2001, p. 41).

O dilema do vínculo de educação da mãe ser interferido pela creche também é roteiro das publicações. Esse questionamento a respeito do vínculo mãe e filho foi tema do debate acadêmico também: “Por outro lado, temos a psicologia mostrando a importância fundamental da interação afetiva entre mãe e a criança nos primeiros anos de vida e da atividade lúdica da

criança nessa idade. Como conciliar esses problemas através de soluções realistas?” (CAMPOS; PATTO; MUCCI, 1980, p. 38).

Como é que uma psicanalista integra a reivindicação feminista por creches? Como é que fica o vínculo mãe-filho?

Acho exatamente importante que o bebê até 6, 7 semanas se sinta bem, se sinta aceito, tenha boa relação com a mãe. Mais tarde, penso que a creche pode permitir que a mãe invista seu desejo fora do filho. Nesse sentido a creche pode auxiliar a romper o mecanismo de transmissão da família patriarcal. (MULHERIO, 1984, p. 8).

Antes de ser um movimento que tem gênero, portanto, de mulheres, a creche também é tema de cunho político por ser objeto de luta social e comunitária. Como no livro organizado por Teles, Santiago e Faria (2018), a educação das crianças pequenas, principalmente daquelas que frequentavam os espaços das creches, ficava ao encargo de mulheres e tinha como elemento balizador os marcadores sociais (raça, classe social e econômica das crianças e suas famílias), o que reforçava a diferença e desigualdade de acesso à qualidade. Ou ainda podemos refletir se não continua proporcionando tais ocorrências? Um jornal como o Mulherio sucinta a refletir sobre essas questões e permitir o aprofundamento sobre práticas descolonizadoras. O relato abaixo permite verificarmos situações de relação direta entre a creche e o universo feminino.

Uma solução comunitária a partir da estaca zero

Sônia Rainho trabalha na Creche Pixote, criada e mantida por um grupo de moradores do município paulista de Osasco. Aqui ela conta como é esse trabalho, como as dificuldades estão sendo enfrentadas, e fala da importância de se utilizar técnicas que não “domestiquem” a criança.

“Participei desde o início do movimento para organizar essa creche no bairro junto as mães. Hoje eu sou voluntária na creche, cuido um pouco da parte de administração e supervisão das atividades. Estou na creche principalmente na parte da manhã. Moro num quartinho lá mesmo, então eu quebro o galho o galho praticamente em tudo: falta funcionária, eu substituo; tem criança que entra às cinco e meia da manhã, eu levanto para receber, porque as outras entram às seis horas. Estou muito ligada à vida da creche, que vai fazer seis meses de existência.

Quando a gente pensou em instalar essa creche, foi a partir das necessidades das mães do bairro, que eram de dois tipos: uma que é a de toda mulher que trabalha fora – e não só da mulher que trabalha fora, acho que é um direito que as pessoas têm de ter creche para seus filhos -, outra é que na creche da Prefeitura que tem no bairro, quando a criança faz 5 anos, perde o direito à vaga. Todo mundo sabe que nessa idade a criança não tem independência suficiente para ficar em casa e para se cuidar sozinha.

[...]

Vamos começar a brigar agora para conseguir da Prefeitura um terreno para começar a construir uma creche num prédio maior, com melhores condições e com aquilo que a criança merece. E com o mínimo de condição, também, para a gente trabalhar.” (MULHERIO, 1981, p. 16).

As diversas discussões levantadas em encontros com a temática da luta por creche, bem como suas proposições, estão presentes no jornal Mulherio. O trecho destacado a seguir permite

visualizar a referida questão. O específico encontro citado na síntese abaixo teve a participação de mais de 42 representantes de intuições e organizações de ensino, de diversos estados brasileiros, ao longo de três dias de evento, no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Temas como creche e trabalho, creche e bairro, creche e governo foram abordados na situação.

Síntese dos depoimentos e debates ocorridos durante o Encontro Nacional de Creches, realizado em setembro de 1982 pelo Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, esta publicação constitui um passo a mais no delineamento de uma tendência que já vinha se esboçando em simpósios e congressos anteriores sobre o tema: a abertura de espaço para a voz submetida e rebelde da mulher operária, da trabalhadora rural, da empregada doméstica, lado a lado com o relato da aeroviária, da jornalista, da fiscal do Ministério do Trabalho, da administradora e do técnico, unidas em torno da necessidade de educar e proteger a criança pequena.

Vários ângulos fundamentais são abordados: o da precária legislação trabalhista que, por omissão ou ambiguidade, acaba sempre favorecendo a classe patronal; o da inadequação flagrante dos termos dos convênios, gerados no isolamento dos gabinetes; o da indicativa sindical, na cidade e no campo; o da organização de associações de bairro, em sua surpreendente capacidade de mobilização e de crítica na busca de programas pedagógicos alternativos. Painel de uma gama insuspeitada de iniciativas oficiais e sobretudo populares no enfrentamento da questão da creche, não poderiam estar ausentes temas polêmicos como a localização da creche, a atribuição e a cobrança de responsabilidades, a política de atendimento, a natureza da programação educativa.

Um saber acumulando pela experiência vivida nos mais variados pontos do país vem desmistificar a simplificação indevida e retificar o irrealismo da visão oficial: não basta que se abram creches. Mães que teoricamente poderiam beneficiar-se das creches não as utilizam. Por quê? Desinteresses pelos filhos, ignorância, dirão os ideólogos. A distância, a despesa impossível com mais uma condução, os horários inviáveis, os dias de chuva e lama, os ônibus super lotados, a desconfiança, dizem as sofridas mães, numa lição inesquecível.

Impossível fazer esta leitura obrigatória sem um misto de indignação, surpresa, esperança e apreensão. É preciso estar atento para que a creche não se transforme num instrumento a mais de extração da mais-valia. A luta é ampla e contínua, num embate desigual. Nesse contexto, torna-se vital a discussão, que fecha o Suplemento, sobre o papel do técnico; afinal, a dominação também se escora na ação daqueles que se consideram detentores de um conhecimento superior, porque científico. Os participantes do Encontro sabem disso e preocupam. Por isso mesmo, seria um retrocesso se a Fundação através de seus técnicos, tal como sugerido por um dos participantes, chamasse a si a responsabilidade pela organização e a simplificação das informações para um movimento que vem sendo tão bem conduzido com a participação essencial das classes populares. (MULHERIO, 1983, p. 18).

O Encontro Nacional de Creches possibilitou um ambiente inovador e completo para a discussão a respeito da situação das creches brasileiras, levando-se em consideração diversos setores sociais que envolvem a creche, experiências vividas pelos atores sociais e apresentação de propostas de melhoria.

No quesito que envolve creche e trabalho, levantou-se uma reflexão acerca das obrigatoriedades previstas pela CLT, bem como de suas lacunas, tais como: situação de

empresas que tivessem menos de 30 funcionárias mulheres; o berçário como única exigência legal; não demarcação/definição de distâncias de segurança para o local de guarda da criança; falta de ferramentas para uma fiscalização rígida para o cumprimento da lei.

A grande representatividade de setores que participam do movimento creche no referido encontro teve como um de seus benefícios a viabilidade de um debate bem mais amplo das perspectivas e debilidades das creches em contextos diversos. As discussões puderam abordar aspectos como sindicatos, fábricas e categoria de profissionais distintos à realidade da trabalhadora camponesa. Ademais, foram feitos relatos sobre as iniciativas de bairros, por meio dos clubes de mães ou de associações femininas, para prestar atendimento às crianças não atendidas pelo Estado.

A partir disso, pode-se observar que a creche ainda era um conceito em construção, sendo aplicado de diferentes formas em realidades díspares, sem um padrão legal definido. A ausência de uma legislação educacional abriu espaço naquele momento para que inúmeras práticas e realidades do que se compreendia como creche pudessem ser vistas.

A creche também era objeto de debate político no ano de 1982 e era abarrotado de publicações sobre candidatas que concorreram às eleições e a pauta presente era a creche como um direito da mulher.

Se for eleita, vou ser uma das primeiras vereadoras no meio de uma maioria de homens. Então, como vereadora e feminista, a ênfase vai ser a conscientização dos seus direitos. Uma das atividades importantes será a de reforçar o movimento de luta por creches, que faz parte de uma conscientização sobre o que é uma maternidade justa. Hoje, a mulher é vista como a única responsável pelo cuidado dos filhos, e então a maternidade se torna um peso muito grande. (MULHERIO, 1982, p. 7).

No âmbito político, as creches também entram no ramo de reivindicações aos direitos da mulher dentro da nova Constituinte que estava sendo proposta. A Nova Constituinte seria formada por parlamentares eleitos em novembro de 1986 e dentre todos os assuntos os quais deveriam constar a creche fazia parte desse repertório.

Um recorde nacional

Desta vez não haverá bairrismos, o Rio levará para a Constituinte o mesmo número de mulheres de São Paulo: três. Para a Assembleia, os cariocas fizeram uma candidata a menos (seis), ficando, no entanto, com a mais votada. Minas elegeu a vice-governadora e duas parlamentares estaduais, e o Espírito Santo, duas constituintes.

[...]

Com igual disposição para defender bandeiras na Assembleia, Clara Ant diz que a luta pelo povo envolve o compromisso com a luta da mulher, que passa pela creche e salários iguais, e pretende contribuir para a organização de movimentos populares, além de cuidar da questão da moradia, um ponto de honra para ela que é vice-presidente da Federação Nacional dos Arquitetos. (MULHERIO, 1987, p. 11).

Campos (1986) discorre sobre o caráter das creches nessa nova Carta Magna. A autora questiona que a referida instituição deve sair do campo apenas do direito da mulher e se estender e alcançar o direito da criança. Ela elucida também a obrigatoriedade da inserção da criança de 0 a 6 anos na creche e na pré-escola, comparada à obrigatoriedade do primeiro grau. Porém, o que há de mais significativo, na visão da autora, na reflexão sobre o novo texto constitucional é o fato de que, no caso das creches, houve um avanço no campo trabalhista, mas não no campo educacional”. (CAMPOS, 1986, p. 61).

A representação das creches no jornal *Mulherio* direciona a atenção ao direito à educação da criança de 0 a 6 anos como um direito da população, o que desloca o foco das discussões até esse momento como um direito exclusivamente feminino. O trecho da reportagem relata como diversos municípios de São Paulo e outras cidades brasileiras estavam em busca da expansão da rede de creches.

AGITAÇÃO NAS CRECHES

Quem pensou que a luta por creches era fogo-de-palha se enganou: o pedaço anda num grito só.

E mais, a luta está se espalhando pelo País afora.

Vários textos e materiais visuais como vídeos e filmes estão sendo produzidos. Joinville, Juiz de Fora, Osasco e outros municípios estão criando suas redes de creches, tudo isso dando força à palavra de ordem: creche é um direito, a Câmara Municipal de São Paulo instalou uma comissão especial de inquérito (CEI) sobre creches em outubro do ano passado, que terminou agora em maio com resultados muito positivos. (MULHERIO, 1984, p. 16).

Conforme pode ser observado nas publicações do jornal, apesar da representação da criança pequena ter sido por muito tempo vista a partir dos anseios do movimento feminino, o jornal também dispõe de publicações que formalizam o que seria o início do anseio de tornar a creche um espaço de guarda e educação adequados às crianças pequenas e desvinculado de qualquer pretensão aos direitos das mulheres.

A breve coluna intitulada “Várias” sugere a mudança no significado da palavra “creche” descrita no dicionário *Houaiss*. A sugestão é que, ao invés de significar um estabelecimento de asilo assistencialista, possa ser descrito como um lugar de guarda adequada das crianças e a concessão do direito à educação aos meninos e meninas de 0 a 06 anos.

Várias

Atenção, mestre Houaiss...e outros

A fim de granjear tão pretencioso título, se faz mister que os novos ou novíssimos dicionários de língua pátria diligenciem revisão daqueles verbetes que se consubstanciam em vitupério à mulher hodierna.

A sinonímia vetusta imputada à palavra CRECHE pode ser apontada como um dos verbetes propulsores de efeitos deletérios, tal como parece no **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa** (MEC/FENAME; 8ª edição revista e atualizada, 1973, coordenada por Francisco da Silva Bueno).

“Creche: Asilo para crianças pobres; estabelecimento que recebe as crianças cujas mães não podem cuidar delas; local da maternidade onde as crianças permanecem nos primeiros dias após o nascimento.”

O **Novíssimo Dicionário Mulherio** propõe: “Creche: local adequado para educação, guarda e proteção da criança com menos de sete anos; extensão do direito universal à educação para crianças de 0 a seis anos.” (MULHERIO, 1983, p. 23).

Esse pequeno texto aponta para a temática presente no jornal que era a oferta de creches como um direito da criança. Há um esforço nesse trecho em mudar a perspectiva que essas organizações passavam de um estigma de local de assistência das crianças de camadas populares para um espaço de guarda, proteção e educação das crianças.

Fúlvia Rosemberg (1986), em comunicação feita em seminário promovido pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, explicita bem esta posição. Segundo ela, a creche deve ser definida como um direito da criança e não só como um direito da mulher-mãe, por várias razões. Primeiro, quando a vinculação existe somente em função do direito da mulher, a creche “sofre as flutuações que a sociedade impõe ao trabalho da mulher” (lauda 7). Segundo, incluindo-se creche relativo à educação “está se rompendo, pelo menos ao nível do texto, com tudo aquilo que caracterizou a proposta de creche neste país como instituição assistencialista” (lauda 12). Terceiro, entendendo-se a creche como uma instituição que deve ser oferecida à população como alternativa e não como uma substituta da família (lauda 05), resguarda-se, de um lado, o direito da mulher e da família optarem ou não por ela, porém, ao mesmo tempo, reforça-se a concepção de que a responsabilidade pela educação da criança pequena não é só da família, mas também da sociedade. Nesse sentido é que a autora diz: “queremos sim que o Estado interfira neste processo de educação e guarda da criança de 0 a 06 anos” (lauda 06). (CAMPOS, 1986, p. 59).

Os diversos trechos apresentados nesse item contribuíram para elucidar como a instituição creche era representada e de que forma ela era debatida no jornal *Mulherio* (1981-1988). Pode-se observar de forma enfática que a discussão era em torno da classe feminina e as esferas da vida da mulher, com o intuito de assimilar a visão social a partir do jornal que circulava, o qual era escrito por um grupo de mulheres de determinado nicho acadêmico e social. Logo, esse pensamento não poder ser taxativo como uma tradução do pensamento da sociedade brasileira como um todo.

2.2. A influência do movimento das mulheres nos conceitos de creche e criança pequena dentro do jornal

Justamente é o ingresso em massa das mulheres no mercado de trabalho e o movimento feminista que vai exigir creches para dividir com a sociedade a educação de seus filhos e filhas, articulado aos movimentos sindicais e das esquerdas. [...] O prazer do convívio das crianças nas primeiras creches (ditas) selvagens, italianas e francesas, por exemplo, levou pesquisadoras feministas a observarem como são as crianças quando estão fora da família, o que levará, nos anos 80, o próprio movimento feminista a levantar a bandeira também de creches para as crianças pequenas e não só para suas mães trabalhadoras. (FARIA, 2006, p. 284-285).

A força do movimento das mulheres foi determinante para a formação das primeiras creches como direito das famílias e da criança pequena e, conforme já elucidado anteriormente, não há como refletir acerca da construção desses conceitos sem considerar os contextos sociais e políticos das mulheres.

A esse respeito, a vigésima primeira edição do jornal *Mulherio* traz uma página dedicada à creche, com a entrevista feita pela pesquisadora Maria Malta Campos, intitulada *Um fato político inquestionável*. Na primeira pergunta da entrevista, pode-se observar como as creches estavam fortemente ligadas ao movimento das mulheres.

Por que abordar creche num diagnóstico da situação das brasileiras da Década?
A creche foi nessa década uma das principais lutas das mulheres. O movimento de mulheres imprimiu uma direção ideológica na discussão, deslocando a questão da área assistencial e consagrando o cuidado com as crianças de zero a seis anos enquanto um direito. O assunto surgiu desde 1977, quando participei da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a discriminação à mulher. (MULHERIO, 1985, p. 16).

Esse movimento ocorre pelo fato de que a educação da criança, na mais tenra idade, está totalmente atrelada à família, sobretudo à mãe. Seria possível desassociar as necessidades da mulher enquanto mãe e a instituição creche ainda que o binômio educar e cuidar fossem contemplados? Apesar de latentes, as discussões a respeito da creche como um direito das mulheres, ainda que só tivesse função educativa, ainda contemplaria a necessidade de guarda das famílias. Essas discussões não eram amparadas somente no campo de publicação do jornal, mas também no campo da produção científica:

A educação da criança pequena está ligada tanto ao campo educacional, como à questão da família, da maternidade e, por consequência, aos direitos da mulher. Isto porque a criança, nos seus primeiros anos de vida, ainda encontra-se muito dependente dos cuidados dos adultos e, em decorrência de nossa forma de organização social e dos padrões culturais dominantes, a responsabilidade principal pela sua guarda e educação recai sobre a família e, mais especialmente, sobre a mãe. (CAMPOS, 1986, p. 58).

Autores que estudam a história da Educação Infantil, como Campos (1999), Kuhlmann Jr. (2001), Rosemberg (1984; 1989; 1995), entre outros, mostram que as redes públicas de

creches se originaram por motivações exteriores às necessidades das crianças, estando as reais motivações ligadas às políticas de incentivo ao trabalho materno. As mulheres, ao reivindicar o atendimento às necessidades básicas em seus bairros, incluíram a questão da creche na agenda dos movimentos sociais da década de 1970, compreendendo-a como um desdobramento de seu direito ao trabalho e à participação política. (CAMPOS, 1999).

Assim, resta evidente a importância da creche na luta dentro do processo de emancipação das mulheres, em que a transformação promovida pela presença de um espaço específico e de qualidade para a pequena infância permitiu articular trabalho e maternidade.

Souza-Lobo, no fim da década de 1980, já reconhecia a necessidade de aplicação de medidas que promovessem a igualdade de oportunidades de emprego e salário. Dentre elas, uma política de creches como instituição de apoio ao trabalho de mulheres e homens, mães e pais, de forma com que a mulher “possa se fazer sem o sacrifício da vida cotidiana, sem dupla jornada, sem penalização das crianças” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 285). Corrobora com a visão do supracitado autor o trecho publicado no jornal sob o título *Quem pariu Mateus que o embale*.

QUEM PARIU MATEUS QUE O EMBALE

O ditado não deixa dúvida: cuidar, proteger e educar a criança pequena é tido como um problema da mãe e só da mãe.

Esse comportamento está de tal forma enraizado – na sociedade e nas próprias mulheres, individualmente – que a mãe que trabalha fora acaba se vendo num verdadeiro beco sem saída. Delegar a outros a “sagrada” tarefa de cuidar dos filhos não traz só problemas práticos.

Além das despesas e das preocupações extras, provoca um profundo sentimento de culpa em relação ao filho. Afinal, o modelo recebido na família não previa a transferência das funções de mãe para outras pessoas.

Mas enquanto a maioria reage solitariamente a essa questão, algumas mulheres estão dando o salto. Estão repensando coletivamente a criação dos filhos.

Neste número, procuramos participar desta luta. Trazer experiência e caminhos alternativos que tentam romper esse beco sem saída. Discutir a educação do filho não mais como um assunto privativo de cada mulher, mas como um problema da coletividade, que está exigindo soluções mais satisfatórias que as atuais.

Nesses depoimentos surgem as esperanças e as frentes de luta, seja dentro da família - na discussão da maternidade vivida sem partilha – ou na concretização de formas coletivas de guarda e proteção das crianças. (MULHERIO, 1981, p. 10).

A atuação das mulheres também demonstra o anseio da luta das mulheres por uma educação de qualidade para as crianças pequenas, compreendida em uma dimensão complementar àquela da família, e que enxerga o educar e o cuidar como dimensões indissociáveis no trabalho em creches e pré-escolas. Importante ressaltar que a participação das mulheres na construção do conceito de creche foi fundante no campo das pesquisas de Educação Infantil, sobretudo acerca da discussão do trabalho de cuidado (HIRATA, 2008), considerando-se que o cuidar e o educar são dimensões indissociáveis na proposta educativa da

creche, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. (BRASIL, 2010).

Kuhlmann Jr. (1999) ressalta que educar a criança é uma ação integrada ao cuidá-la, ou seja, uma não exclui a outra. As atividades que envolvem o cuidar da criança pequena em creche exigem uma rotina organizada, caracterizada por alimentação, higiene, descanso e recreação. Silva e Rossetti-Ferreira (2000) destacam que cuidado e educação são indissociáveis quando se considera as especificidades do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. Essas autoras sugerem que as discussões e estudos se direcionem para o distanciamento entre discurso e prática e a necessária reflexão para que os avanços não se restrinjam ao papel e sejam realmente efetivados.

Conforme pode ser observado, a reivindicação do acesso às creches sempre esteve ligada ao universo das mulheres, e essa ligação pode ser amplamente deslumbrada no jornal *Mulherio*, uma vez que ele se dedicou ao estudo da condição feminina no Brasil. Por outro lado, o corpo de escritoras também era composto por professoras pesquisadoras da educação infantil. Esse fato contribuiu para a intensificação de publicações que promovessem o direito da criança à guarda e educação infantil, a partir da perspectiva da criança como cidadão de direito.

Assim, acredita-se que o ponto de equilíbrio encontrado foram as produções científicas da época, inclusive das próprias editoras do jornal *Mulherio* que produziam para os Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas e que contribuíram para a mudança de uma visão autocêntrica, em especial das reivindicações apenas dos movimentos das mulheres, para uma visão da importância para o desenvolvimento pleno da criança.

2.3 Referências internacionais do tema creche dentro do jornal

No trabalho de levantamento sobre a temática creche, pode-se observar menções de referências fora das fronteiras brasileiras a respeito da educação dos pequenos. Serão discutidas no decorrer deste texto algumas publicações que fizeram parte do repertório de assuntos internacionais associados a creche e educação da criança pequena.

A primeira publicação que será apontada refere-se ao artigo “Do machismo ao socialismo”, escrito pela socióloga Heleieth Saffioti. Nessa coluna a escritora relata inúmeras práticas antimachistas que foram instauradas junto à socialização do Estado cubano. O registro a seguir descreve como a creche e a educação da criança pequena eram conduzidas:

Há um profundo respeito pela criança e pela mãe que trabalha fora do lar. A infraestrutura de serviços para a guarda e cuidado das crianças é significativa para os recursos de um país pobre como Cuba. As crianças são recebidas nas creches aos 45 dias de idade, e aí permanecem durante o dia inteiro até os 6 anos de idade. Nas creches as crianças recebem alimentação, roupas, cuidados médicos, recreação e educação. É assegurado um litro de leite diário a toda criança cubana, esteja ou não em creche, até os seis anos de idade. Somente os filhos de trabalhadores tem direito à creche.

Caso a mãe não desempenhe nenhuma ocupação fora do lar, terá de cuidar de seus filhos em casa. Nessa hipótese, a mulher só se libera dos cuidados e guarda dos filhos quando estes completam seis anos e ingressam na escola primária, também com funcionamento em tempo integral. (MULHERIO, 1981, p. 4).

Tendo por base esse trecho do artigo escrito pela socióloga, é visível que a creche está atrelada ao direito da mulher e da trabalhadora. Por outro lado, também cumpre uma função assistencialista em relação a necessidades básicas como vestir, comer e ter proteção. A função educativa da entidade é apontada de forma aberta sem que possa ser mensurado o efetivo cumprimento do desenvolvimento da criança de 0 a 06 anos. Em um estudo feito por pesquisadores brasileiros sobre a implementação do socialismo em Cuba, chancela-se mais uma vez a concepção a respeito da creche pelo sistema.

Há que salientar as conquistas da luta contra a desigualdade de gênero, que só foram possíveis com políticas assertivas, tendo em vista as barreiras à tarefa de transformar as mulheres – que se dedicavam ao trabalho do lar ou à prostituição – em trabalhadoras com os mesmos direitos e oportunidades masculinas, no que toca a questões laborais. Foram implementadas medidas que permitem às mulheres saírem de casa, com a criação de creches e o acesso aos estudos em nível básico, técnico e superior. (BARRETO; MOREIRA; ANDRADE, 2017, p. 74).

A segunda publicação que relaciona creche com um fato internacional está no texto intitulado *Miterrand e as mulheres*, escrito por Helena Hirata. O artigo relata a experiência nas eleições de 1978 na França. Segundo a autora o presidente eleito François Mitterrand teve um alto índice de apoio por parte das mulheres e dos movimentos liderados por elas. No decorrer da explanação são pontuadas áreas que terão enfoque por parte de Yvette Roudy, que foi designada a um ministério dedicado aos direitos das mulheres. Um dos temas é relatado a seguir:

Finalmente, o programa propõe a criação de 300 mil novas vagas em creches, aconselhando, entretanto, que seria conveniente “pensar num sistema intermediário entre a creche e a *garderie*” (um tipo de creche sem serviços especializados e com atendimento simplificado, mas parecida com um depósito de crianças, criada por Giscard para reduzir as despesas públicas de caráter social).

Nesse ponto, há uma medida complementar que prevê uma licença remunerada de um ano para pai ou para a mãe do recém-nascido. Essa iniciativa pode ser uma solução, mas também uma forma de disfarçar o desemprego e falta de equipamentos coletivos

e onde serão as mulheres que irão “escolher” majoritariamente tal licença. Contra isso, algumas correntes feministas propõem a concessão de uma licença de seis meses para o pai e a mãe simultaneamente, o que tornaria pelo menos teoricamente possível a partilha dos afazeres domésticos após o parto. (MULHERIO, 1981, p. 5).

O trecho acima descreve a proposta da ministra, que prevê a guarda por meio de uma instituição que se oponha à proposta vigente denominada *garderie*. Esse modelo de instituição é definido por Didonet (2001) como:

Foi por esse lado, ou seja, como problema, que a criança começou a ser vista pela sociedade... E com um sentimento filantrópico, caritativo, assistencial, é que começou a ser atendida pela família.
Os primeiros nomes dessa instituição são reveladores do seu propósito: *garderie*, na França; *asili* na Itália; *écoles gardiennes*, na Bélgica. (DIDONET, 2001, p. 12).

A proposta de Yvette para ampliação da oferta de creches está atrelada ao direito da mulher. Porém, pode-se constatar uma preocupação com a condição da criança pequena. A ótica proposta nesse caso é que atenda as trabalhadoras, mas que seja um espaço educativo para as crianças. As críticas, análises e projetos dos sistemas vigentes para guarda e desenvolvimento da criança pequena estava sendo discutido pela França e trilhando um novo projeto de educação para as crianças de 0 a 06 anos.

Uma expressão do que seria um compromisso para a escola maternal pode ser encontrada nas Orientações Oficiais de 1977, que lhe atribuem um “papel triplo: educativo, propedêutico e de cuidados”. A escola maternal é, então, uma forma de educação pré-escolar, definida como a educação das crianças pequenas antes da escolaridade obrigatória (PLAISANCE; RAYNA, 1997). Representa uma montagem heterogênea, uma junção de lógicas diferentes, todas legítimas e indispensáveis às demais, em que se trata, ao mesmo tempo, de acolher e proteger as crianças pequenas, de educá-las, no sentido de favorecer seu desenvolvimento global, e de prepará-las para a escolaridade obrigatória. Essas três lógicas, necessariamente conjugadas, ou até mesmo inseparáveis, justificam na época a pertinência da escola maternal. (GARNIER, 2014, p. 66-67).

Ainda no campo de produções internacionais referente ao tema creche e criança pequena francesa, o jornal Mulherio traduz o texto *Duas manhãs na creche*, da psicóloga Mireille Nathanmurath, publicado em 1977. O texto relata a leitura que Nathanmurath faz dos procedimentos realizados na creche a partir do ponto de vista da mãe, da psicóloga e do desenvolvimento da criança. Essa coluna vem intitulada no periódico como *Entre a família e a linha de montagem*, a qual é traduzida e condensada por Fúlvia Rosemberg (1983).

O primeiro ponto intitulado *Manhã de mãe* traz à tona alguns pontos de análise da escritora. Ela sinaliza a insuficiente capacitação dos profissionais que constituem esse espaço,

além da baixa remuneração. A respeito dos pais, ela externa que se sentem agraciados por conseguir uma vaga na instituição. No relato a mãe refere a surpresa das crianças, especialmente de seu filho, em vê-la no espaço diferente do vestiário. No instante seguinte, ela conta a curiosidade dos pequenos em interagir com ela por meio do toque. Apesar do entusiasmo das crianças, a professora chega e conduz as crianças a brincadeiras de roda e ginástica. O restante da experiência gira em torno da rotina preestabelecida e recorrente em outras creches, segundo a autora.

Fui convidada uma manhã de inverno a transpor os limites dos vestiários, a atravessar o banheiro e me sentar num canto da sala. Ainda em pé, emocionada e acanhada, as crianças que já me conheciam do vestiário, inclusive meu filho, ficaram impressionadas pelo caráter insólito de minha aparição neste universo fechado. É verdade que, de tempos em tempos, aparecem novos rostos graças ao movimento do pessoal e dos estagiários em formação, mas são rostos que emergem sempre do eterno avental cor pastel. Eu não estava de avental. E todos esses olhares infantis se voltaram pra mim. (MULHERIO, 1983, p. 9).

O segundo ponto traz a visão da profissional “Manhã de psicóloga”. Nessa fase de descrições de percepções, são visíveis os embates entre a auxiliar, professora e profissional de psicologia. A percepção aqui é o ponto de tensão entre professora e auxiliar de puericultura nas práticas pedagógicas e na condução das atividades com as crianças. A autora ressalta pontos que cerceiam a criatividade e desenvolvimento da autonomia da criança por parte da professora.

No contexto de nossas relações hierárquicas – quer eu quero ou não - de psicóloga a professora, minha iniciativa só pode ser compreendida com uma destas lições de pedagogia pelo exemplo, pela demonstração, umas das piores formas de lição a receber. Foi então um erro, um erro “psicológico” e cometido por uma psicóloga. (MULHERIO, 1983, p. 9).

Por fim, no ponto três “Um gineceu para crianças pequenas”, pode-se observar apontamentos referentes ao reflexo da prática de relacionar-se com os pequenos. A psicóloga sugere que a creche é um ambiente onde se tenta reproduzir ao máximo o ambiente familiar e a relação mãe-criança e destaca uma crítica a esse modelo por ele apenas reproduzir crianças e não possibilitar o seu desenvolvimento. Com isso a autora questiona a função apenas do cuidado sem uma proposta mais ampla. Nathanmurath conclui: “as gerações de crianças atravessam, assim, toda a construção da creche, entre 2 e 36 meses, como qualquer produto acaba sendo construído na fábrica pelas diferentes etapas da linha de montagem.” (MULHERIO, 1983, p. 10).

O acolhimento de crianças pequenas é aqui uma questão em que estão imbricadas políticas familiares, de emprego, políticas sociais etc. Mas a essa preocupação acrescenta-se imediatamente a da educação, com finalidades, objetivos e procedimentos pedagógicos variáveis conforme as concepções de criança e do papel do adulto que estão em jogo. Se, de um ponto de vista internacional, pode-se observar o peso crescente das lógicas de mercado (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2007) e o deslocamento de um “discurso do care” para um “discurso pedagógico” (MOSS, 2006), a situação francesa faz surgir um terceiro registro de justificação, que diz respeito ao caráter escolar das aprendizagens necessárias para o sucesso da criança. (GARNIER, 2014, p. 66).

Algo que se pode observar nessa publicação é que ela não esbarra nas discussões mais recorrentes de direitos das mulheres ou está centrada apenas na visão de necessidade do adulto. São três percepções distintas, mas todas focadas no olhar a partir da criança, em seu desenvolvimento e em como a creche pode contribuir para tal objetivo.

No conjunto de publicações internacionais no campo da creche, o jornal traz um depoimento dado pela professora de Psicologia Evolutiva da Universidade de Roma Luigia Camaloni, intitulado *O pesado fardo de fazer do filho um adulto feliz*. Esse depoimento expõe como as teorias evoluíram da década de 1960 do modelo que priorizava a relação da mãe com a criança, no cuidado para uma modelo de creche que prima por uma convivência comunitária entre as crianças. Ela pontua como a convivência entre os pares promove o desenvolvimento das crianças e que a educadora deve oportunizar que os pequenos interajam entre si e se comporte como uma mediadora e não como elemento primordial das relações. E a causa e ambiente dessa mudança teórica é a creche.

Os anos de florescimento das pesquisas de observação sobre os primeiros anos de vida da criança abriram novos olhares sobre a infância e fizeram dos serviços contextos privilegiados para pesquisadores, em que estudar o desenvolvimento infantil, “situações ambientais primárias” – como as definem Bronfenbrenner (1979) –, assim como a família, influenciam de modo decisivo o curso do desenvolvimento humano. Na Itália, nenhuma instituição educativa como a creche foi tão acompanhada de interesse e intervenção de pesquisadores e estudiosos pelas diferentes ciências da educação. Elas oferecem chaves de leitura, teorias interpretativas, sugestões teóricas capazes de informar os métodos educativos, as organizações e gestão do serviço. Tudo isso foi possível pela sinergia entre diversos sujeitos: administradores atraídos pelas potencialidades preventivas e socioeducativas do serviço, técnicos capazes de cruzar o trabalho operacional com a ótica da pesquisa, operadores motivados a construir uma identidade profissional qualificada, pais conscientes da delicadeza da função educativa e participantes das escolhas institucionais (MESSETTI, 2010). (CORREIA, MESSETTI, 2022, p. 6).

Nesse contexto vanguardista de produções italianas sobre a educação da criança pequena a escritora Fúlvia Rosemberg (1982) traz uma nota que demonstra a qualidade e influência positiva que as produções italianas podem provocar na visão da educação infantil.

O primeiro ano do bebê – a não ser os textos clássicos ou de moda acadêmica, descobertos ou redescobertos alhures (geralmente via França), a produção bibliográfica italiana encontra certa resistência nos meios editoriais brasileiros. Preconceito ou descuido muito empobrecedor. A equipe da Fundação Carlos Chagas que está trabalhando em um projeto sobre creche tem recebido o material italiano que dá vontade de mostrar e indicar para todo mundo. Por exemplo, a série de livro de Francesco Tonucci (Grupo Editoriale Fabbri) sobre a educação a educação das crianças pequenas. (MULHERIO, 1982, p. 17).

O último tópico a ser apresentado, apesar de ter a origem no Brasil, é de caráter internacional. O jornal relata os temas discutidos no *Encontro Internacional Contra a Discriminação*, realizado em São Paulo e em Brasília por feministas brasileiras e estrangeiras, para reivindicarem a efetivação de um documento elaborado pela Organização das Nações Unidas – ONU, que é a Proclamação Universal dos Direitos da Mulher e que foi sancionada no Brasil. No que concerne à creche esse encontro pontua o seguinte trecho:

A dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres suscitou a discussão de outro tópico relacionado: as creches. No entanto atrás da excessiva jornada de trabalho há fatores discriminatórios não diretamente relacionados, como apontou Ivanka Corti, representante italiana do Cedaw nesta Jornada. Ela responsabilizou a educação escolar como sendo origem de todas as formas de discriminação contra mulher: ‘As causas das diferenças no tratamento dado à mulher em relação ao homem no mercado de trabalho estão na educação, que reforça a ideia da mulher frágil, incapaz e dependente’.

Se analisarmos o fato que mão de obra feminina sai das escolas desvalorizada ou é desestimulada pelo conceito de que as tarefas domésticas são inerentes à mulher, teremos baixos salários e a indiferença frente à implantação de creches e à capacidade profissional feminina como reflexos previsíveis.

Na tentativa de aliviar as amarras que prendem a mulher ao ambiente doméstico, a socióloga e coordenadora da Comissão de Creche do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher CNDM, Ana Maria Wilhelm, elaborou um texto que foi apresentado na jornada, onde ressalta a importância da creche ‘como elemento facilitador no combate à eliminação da discriminação contra a mulher, pois permite que esta participe ativamente da vida social e produtiva do País.’

Um exemplo gratificante de respeito à mulher no mercado de trabalho foi apontado pela representante sueca da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Perret-Nguyen, quando falou que não apenas em seu país, mas em outros da Europa, os governos cobram taxas anuais de todos os seus empregadores para aplicá-las em criação e manutenção de creches. ‘Isto elimina a responsabilidade das empresas sobre este serviço, evitando, assim, possibilidades das empresas sobre este serviço, evitando assim, possibilidades da mulher trabalhadora que tem filho ser discriminada ou afastada do emprego’ explicou. (MULHERIO, 1987, p. 6).

Essa publicação reforça mais uma vez a creche como uma espécie de instituição que promove o direito da mulher, até mesmo pelo caráter do evento a qual ela está sendo citada: a creche como um lugar político. Era um anseio do movimento de mulheres pelo mundo a garantia do direito à creche como promoção e inserção das mulheres no mercado de trabalho. Mas, como se pode observar pelas demais experiências internacionais de países pioneiros no

estudo de um espaço educativo, de guarda e desenvolvimento infantil, a creche se instrumentaliza como direito da população, da mulher, dos trabalhadores e principalmente como direito da criança que se faz um cidadão pleno desde seu nascimento.

Os movimentos sociais, econômicos e culturais mundiais são geralmente iniciados em países e exportados ao Brasil. Os movimentos coletivos de mulheres pelo mundo e suas reivindicações, incluindo o direito à creche, ecoaram para o mundo, inclusive para a nação brasileira. Assim também pode-se observar a mudança de perspectiva das creches. Alguns países foram pioneiros na reflexão da creche como instituição promotora de educação e desenvolvimento pleno da criança pequena, que um período depois ecoou para outros países as novas concepções de creche e educação infantil, inclusive impactando o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo pode-se observar a construção do pensamento vigente à época a respeito das crianças e das creches, não apenas em contexto nacional, mas internacional. Nesse sentido foi possível discorrer os tópicos anteriores. Ao falar de criança e creche, o trabalho construiu o histórico de alternância desses conceitos até a década de 1980, além de relatar o que foi levantado e constatado a partir da leitura dos textos publicados pelo periódico dentro do recorte temático proposto pelo estudo apresentado.

As crianças pequenas (0 a 03 anos) e a creche abordadas pelo jornal Mulherio foram representadas como um campo da vida das mulheres que precisava ser discutido por elas. A creche foi posta como um direito que deveria ser garantido a elas para que contribuísse na inserção da classe feminina na vida pública. Já a criança era representada por meio dos anseios de uma reorganização social dos papéis e responsabilidades, além da presença de uma discussão pulsante em torno do planejamento familiar como um desejo das mulheres que escreviam para o jornal na década de 1980. Na perspectiva de educação, essa postura fez com que a discussão a respeito das necessidades educacionais das crianças ficasse em segundo plano, pelo fato de as mulheres, enquanto trabalhadoras e mães, estarem concentradas na luta por um papel social diferente do desenvolvido até aquele momento.

No que diz respeito à educação e ao cuidado das crianças pequenas na creche, a discussão em torno de quantidade e qualidade desses estabelecimentos circunda basicamente o cuidar. De fato, em alguns trechos foi demonstrada a preocupação com que tipo de estabelecimento e a qual estrutura as crianças estavam sendo expostas, mas pouco se refletia naquele momento sobre o educar, muito menos sobre a concepção mais atual, que é o brincar.

Os trechos das publicações analisadas e as pesquisas bibliográficas que discutem creche e criança pequena numa perspectiva historiográfica no período da década de 1980 construíram a visão das creches e das crianças pequenas sob a ótica do periódico. A representação dessa instituição pôde ser percebida como um ambiente de guarda das crianças para que as mulheres tivessem poder de escolha sobre seu tempo e profissão. É possível concluir que a representação da creche pelo jornal *Mulherio* foi estabelecida como um direito da mulher. Essa ideia foi construída a partir dos diversos trechos que, apesar de estarem ligados a subtemas como trabalho, família, sociedade, locais das creches, horários de funcionamento, disponibilidade de vagas e formas de funcionamento, reportava-se sempre à demanda feminina na utilização desse serviço majoritariamente.

É perceptível a representação das ideias veiculadas, segundo a visão de Chartier (1988), do ponto de vista da história social das mulheres, mas não de todas as mulheres. Pois, ao se falar desse recorte de pensamento, fala-se de mulheres acadêmicas que se comunicam com mulheres ligadas a movimentos sociais, a grupos de pesquisa e de estudos e, até mesmo, mulheres alfabetizadas, que era uma parcela específica na década de 1980. Essas ideias amparavam a creche como um caminho para a independência financeira das mulheres, logo estavam ligadas ao mundo do trabalho. Ademais, esse pensamento do direito à creche como um direito da mulher não pode ser tomado como um pensamento que representava toda a sociedade brasileira, nem ao menos todas as mulheres. Conforme foi dito, tal ideal representa um anseio de um grupo específico de mulheres.

É claro como o movimento das mulheres no Brasil e no mundo tiveram força decisiva na pauta da luta pelo direito a creche e no alcance de resultados expressivos no que diz respeito à expansão desse direito. Este trabalho propôs analisar a representação da criança pequena e a creche com as lentes do jornal e concluiu que a reivindicação ao direito à creche pelo movimento das mulheres está, quase em sua totalidade, centrada na necessidade, nos anseios e nas lutas do próprio movimento e, conseqüentemente, das mulheres. Por outro lado, os estabelecimentos formal ou informal também não estavam plenamente norteados para serem instituições que extrapolavam a guarda das crianças pequenas. As temáticas do educar e do cuidar já existiam, porém não tinha abrangência suficiente para estabelecer uma conduta estadual ou nacional. Era um momento histórico em que se discutia sobre a concepção da instituição creche, qual era a sua função e a quem ela serviria.

Contudo, caso o movimento das mulheres no mundo e no Brasil não tivesse levantado a bandeira da luta a favor das creches, provavelmente não haveria avanços sobre o pensamento

a respeito dessa instituição e sobre o fomento à quantidade de estabelecimento e vagas a serem ofertados. Realmente havia uma centralidade da necessidade do adulto para ter um local para deixar suas crianças enquanto trabalhavam, que posteriormente na Constituição Federal de 1988 foi abarcado no sistema de educação. Isso denota uma construção e transformação de pensamentos em um determinado período histórico.

Logo, dentro do exposto, será colocada a mesma pergunta que Campos, Patto e Mucci (1980) fizeram: “Onde está a preocupação com a criança propriamente dita?”. (CAMPOS, PATTO, MUCCI, 1980, p. 37). O que se espera é que a atenção e os esforços se voltem para a construção de uma creche com mais possibilidades para os pequenos e que possam ir além da simples guarda da criança, possibilitando seu desenvolvimento em segurança e com os recursos necessários, para que seja possível cuidar e educar em toda sua completude de conceito.

Pela condição de um trabalho de conclusão de curso e de suas limitações, a triangulação “criança, creche e mulheres” dentro do jornal pode ser investigado em estudos futuros, assim como as relações gênero e de classe e, até mesmo, uma comparação mais ampla entre o Brasil e outros países que passaram por transformações sociais semelhantes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579830853. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109136>. Acesso em fev. 2023.

BARRETO, Bárbara; MOREIRA, Hudson, ANDRADE, Rani. Há machismo, homofobia e racismo em Cuba? *Cuba no século XXI: dilemas da revolução*. Organização de Fabio Luis Barbosa dos Santos, Joana Salém Vasconcelos, Fabiana Rita Dessotti. – São Paulo, 1ª edição: Elefante, 2017.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brazil*, de 25 de março de 1824. Rio de Janeiro, 1824.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMPOS, Maria Machado Malta. A constituinte e a educação da criança de 0 a 6 anos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 59, p. 57–65, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1306>. Acesso em: fev. 2023

CAMPOS, Maria Machado Malta. A mulher, a criança e seus direitos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 106, p. 117-127, 1999. <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000100006>. Acesso em: fev. 2023.

CAMPOS, Maria Machado Malta; PATTO, Maria Helena Souza; MUCCI, Cristina. A creche e a pré-escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 39, p. 35–42, 1981. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1618> Acesso em: fev. 2023.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, s/d, (p. 13-28)

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Revista Annales* (NOV-DEZ. 1989, Nº 6, pp. 1505-1520)

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [S. l.], v. 23, n. 3, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144>. Acesso em: fev. 2023

DIDONET, Vital. Creche: a que veio... para onde vai In: Em Aberto. Brasília Vol. 18, n.73, Julho, 12-28 p, 2001. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3033/2768>. Acesso em fev.2023.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300004>. Acesso em: fev. 2023

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 279-287, jan./jun. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100012>. Acesso em fev./2023.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. In: *Diretrizes Curriculares nacionais para a educação básica* (pp. 80-100). Brasília: MEC; SEB; DICEI, (2009). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf. Acesso em fev. 2023.

FINCO, Daniela; GOBBI, Márcia; FARIA, Ana Lúcia Goulart (org.). *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica: Associação de leitura do Brasil- ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas- FCC, 2015. Disponível em: https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE_E_FEMINISMO_Download_pedro_menor.pdf. Acesso em: fev. 2023.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O Jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. *História, histórias*. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014. ISSN 2318-1729. Disponível em: <file:///C:/Users/Unb/Downloads/19410.pdf> Acesso fev. 2023.

FURTADO, Michelle Abreu. Concepções de creche: uma análise em periódicos nacionais A1 e A2 da área de educação. *37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015*. UFSC – Florianópolis. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt07-4465.pdf>. Acesso em fev. 2023.

GARNIER, Pascale. A educação infantil e a questão da escola: o caso da França. *Cadernos de Pesquisa*, v. 44, n. *Caderno de Pesquisa*, 2014 44(151), jan. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053142861>. Acesso em fev.2023.

GENTILLI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emi (Org.) *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais*. São Paulo: Boitempo; Flacso Brasil, 2013. p. 253-263.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar um projeto de pesquisa*. 4. ed. SÃO PAULO: Editora Atlas S.A, 2002.

GIL, Marcia de Oliveira Gomes; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. Bebês nas creches e nos espaços urbanos cariocas. *Educação*, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 241–249, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/30824>. Acesso em: fev. 2023

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017. <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017081>. Acesso em: fev. 2023.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Manoel Luiz Salgado Guimarães. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

HADDAD, Lenira. Políticas integradas de educação e cuidado infantil: desafios, armadilhas e possibilidades. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 519-546, set./dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000300002>. Acesso em fev. 2023.

MACEDO, Elina Elias de. Os direitos das crianças no centro da luta por creches. *Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373327287_ARQUIVO_OsDireitosdascriancasnocentrodalutaporcreche.pdf. Acesso em fev. 2023.

MULHERIO (SP) - 1981 a 1988. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: fev. 2023.

MULHERIO. Nossa pauta. Adélia Borges. Março/Abril, 1981. Ano 1, Edição nº 0, p. 1. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1981.

MULHERIO. Do machismo ao socialismo. Heleieth Safiotti. Julho/Agosto, 1981. Ano 1, Edição nº 2, p. 5. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1981.

MULHERIO. Miterrand e as mulheres. Helena Hirata. Julho/Agosto, 1981. Ano 1, Edição nº 2, p. 4. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1981.

MULHERIO. Mulheres em ação. Julho/Agosto, 1981. Ano 1, Edição nº 2, p. 22. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1981.

MULHERIO. Uma experiência não autoritária. Setembro/Outubro, 1981. Ano 1, Edição nº 3, p. 4. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1981.

MULHERIO. Quem pariu Mateus que o embale. Novembro/Dezembro, 1981. Ano 1, Edição nº 3, p. 10. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1981.

MULHERIO. O longo caminho da participação política. Setembro/Outubro, 1981. Ano 1, Edição nº 3, p. 13. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1981.

MULHERIO. Uma solução comunitária a partir da estaca zero. Novembro/Dezembro, 1981. Ano 1, Edição nº 4, p. 16. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1981.

MULHERIO. Irede Cardoso, candidata a vereadora em São Paulo pelo PT. Setembro/Outubro, 1982. Ano 1, Edição nº 9, p. 7. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1982.

MULHERIO. O que deve mudar na velha CLT. Comba Marques Porto. Setembro/Outubro, 1982. Ano 2, Edição nº 7A, p. 6. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1982.

MULHERIO. O primeiro ano do bebê. Fúlvia Rosemberg. Maio/Junho, 1982. Ano 2, Edição nº 7A, p. 17. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1982.

MULHERIO. Solução miserável para um país pobre. Fúlvia Rosemberg, Adélia Borges. Janeiro/Fevereiro, 1983. Ano 3, Edição nº 11, p. 6. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1983.

MULHERIO. Várias. Janeiro/Fevereiro, 1983. Ano 3, Edição nº 11, p. 23. Jornal Mulherio, São Paulo, 1983.

MULHERIO. Entre a família e a linha de montagem. Fúlvia Rosemberg. Março/Abril, 1983. Ano 3, Edição nº 12, p. 8 - 10. Jornal Mulherio, São Paulo, 1983.

MULHERIO. Creche. Maria Helena S. Patto. Março/Abril, 1983. Ano 3, Edição nº 12, p. 18. Jornal Mulherio, São Paulo, 1983.

MULHERIO. Agitação nas creches. Fúlvia Rosemberg. Maio/Junho, 1984. Ano 4, Edição nº 16, p. 16. Jornal Mulherio, São Paulo, 1984.

MULHERIO. Em nome do amor fomos as mais vís escravas. Fúlvia Rosemberg. Setembro/Outubro, 1984. Ano 4, Edição nº 18, p. 8. Jornal Mulherio, São Paulo, 1984.

MULHERIO. Os problemas não acabaram, mas a consciência aumentou. Janeiro/Fevereiro, 1985. Ano 5, Edição nº 20, p. 3. Jornal Mulherio, São Paulo, 1985.

MULHERIO. Um fato político inquestionável. Maria Malta Campos. Abril/Maio/Junho, 1985. Ano 5, Edição nº 21, p. 16. Jornal Mulherio, São Paulo, 1985.

MULHERIO. Cidadania plena. Florisa Verucci. Janeiro/Fevereiro, 1986. Ano 6, Edição nº 24, p. 18. Jornal Mulherio, São Paulo, 1986.

MULHERIO. A nova cara da Constituinte. Dezembro/Fevereiro, 1987. Ano 7, Edição nº 27, p. 11. Jornal Mulherio, São Paulo, 1987.

MULHERIO. Trabalho feminino em discussão. Santamaria Silveira. Setembro, 1987. Ano 7, Edição nº 32, p. 12. Jornal Mulherio, São Paulo, 1987.

MULHERIO. Encontro internacional contra a discriminação. Outubro, 1987. Ano 7, Edição nº 33, p. 6. Jornal Mulherio, São Paulo, 1987.

KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli; CARVALHO, Maria Cristina; KRAMER, Sonia. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. *Revista Brasileira de Educação*, n. Rev. Bras. Educ., 2001 (16), jan. 2001. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000100005>. Acesso em: fev. 2023.

KUHLMANN JR, Moysés. Educação infantil e currículo. *Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios*, v. 2, p. 51-65, 1999.

KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação [en linea]*. 2000, (14), 5-18[fecha de Consulta 2 de Enero de 2023]. ISSN: 1413-2478. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501402>. Acesso em fev. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Makron, 2003.

OLIVEIRA, Mércia Caroline Sousa de. *O feminismo acadêmico do jornal "Mulherio" na construção de uma memória contra o androcentrismo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia – UESB, Vitória da Conquista – BA, 2020. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2020/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-M%C3%A9rcia-Caroline-Sousa-de-Oliveira-1.pdf>. Acesso em fev. 2023.

PACHECO, Alexandre. As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23. 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206372_fe7dc47fe14309e9900579a5061ed0d0.pdf. Acesso em: fev. 2023.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista HISTEDRB On-line*, Campinas, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: fev. 2023.

PEREZ, Jose Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 140, p. 649-673, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200017>. Acesso em fev. 2023.

PIMENTEL, Fabiana Soares; SILVA, Altina Abadia. A criança na educação infantil: um direito legal. Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão. *Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação*, Goiás, v. 2, n. 1, p. 127-148, nov./2015. Disponível em: file:///C:/Users/Acer/Downloads/OpenAccess-Pimentel-978-85-8039-111-4-V2_Cap8.pdf. Acesso em: fev. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa*, n. 51, p. 73-79, nov. 1984. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1462>. Acesso em: fev. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. Creches domiciliares: argumentos ou falácias. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 56, p. 73-81, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1354>. Acesso em: fev. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 82, p. 21-30, ago. 1992. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/979>. Acesso em: fev. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, n. Cad. Pesqui., 1999 (107), jul. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000200001>. Acesso em fev. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, estado e política de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº 115, mar. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100002>. Acesso em: fev. 2023.

SANTOS, Emina Marcia Nery Dos et al. A educação em direitos humanos como paradigma de formação docente: a experiência do curso de pedagogia/PARFOR da UFPA. *Anais VIII FIPED*. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/24831>. Acesso em: fev. 2023.

SILVA, Ana Paula Soares; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Desafios atuais da Educação Infantil e da qualificação de seus profissionais: onde o discurso e a prática se encontram? In: *ANAIS REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 23, 2000, Caxambu: ANPED, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0707t.PDF>. Acesso em: fev. 2023.

SILVA, Renata Cavazzana da. As mulheres do Mulherio (1981-1982): Imprensa e política. In: *Anais XIV Encontro de História da ANPUH-MS*. “História: o que é, quanto vale, para que serve?” ANPUH, MS, 8 a 10 de outubro de 2018. Disponível em: http://www.encontro2018.ms.anpuh.org/resources/anais/9/1540565962_ARQUIVO_ST8_RenataCavazzana.pdf. Acesso em: fev. 2023.

SIMÕES, Patrícia Maria Uchôa. Os campos semânticos dos estudos dos bebês na educação infantil: uma análise da produção acadêmica em artigos de periódicos brasileiros. *Educação*, Santa Maria, v. 43, n. 3, p. 1-11, e37458, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/37458>. Acesso em: fev. 2023

SIMÕES, Patrícia Maria Uchôa. Seres competentes e sujeitos de direito: trajetórias dos bebês nas pesquisas acadêmicas e nas creches. *Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude On-line*, p. 101-118, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/49014/30145> Acesso em: fev. 2023.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MEDRADO, Maria Aparecida; GRAGNANI, Adriana Maria Carbonel. Creches e berçários em empresas privadas paulistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 57, p. 39-54, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1336>. Acesso em: fev. 2023.

TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.) *Por que a creche é uma luta das mulheres?* Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

SILVA, Isabel de Oliveira e. Educação Infantil no Brasil. *Pensar a Educação em Revista*, Curitiba/Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 03-33, jan-mar/2016. Disponível em: http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2017/04/vol_2_no_1_Isabel_Oliveira.pdf. Acesso em fev. 2023.

SILVA, Marta Regina Paulo da; SCHIFINO, Reny Scifoni. Do “balde” ao direito à creche: lutas de mães operárias. *Revista Educação e Emancipação*, [S. l.], v. 10, n. 4, p. p.166-185, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v10n4especialp166-185>. Acesso em fev. 2023.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. *Educação & Sociedade*, v. 27, n. Educ. Soc., 2006 27(96), out. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300009>. Acesso em fev. 2023.

SOUZA-LOBO. *Classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. A educação infantil e o Plano Nacional de Educação: as propostas da CONAE 2010. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, p. 809-831, set. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300009>. Acesso em fev. 2023.

REFERÊNCIAS DO LEVANTAMENTO

ARAÚJO, Larissa Silva de. *Participação infantil: as relações das crianças com docentes nas creches e pré-escolas*. 2021. 73 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/31275>. Acesso em: fev. 2023.

FONSECA, Paula Fontana. O Laço Educador-Bebê se Tece no Enodamento entre Cuidar, Educar e Brincar. *Educação & Realidade*, v. 43, n. Educ. Real., 2018 43(4), out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623675614>. Acesso em fev. 2023.

FONSECA, Sérgio César da; ALMEIDA, Elmir de. A Legião Brasileira De Assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância. *História da Educação*, v. 20, n. (49), maio 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/59433>. Acesso em fev. 2023.

GUIMARÃES, Livia de Avelar Andrade. *O que é o jardim de infância: textos e imagens que explicitam concepções para a educação das crianças (PABAE, 1965)*. 2022. 62 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em <https://bdm.unb.br/handle/10483/31338>. Acesso em fev. 2023.

KLEIN, Camilla Façanha. *A história, a infância e o brincar de crianças pequenas*. 2017. 53 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em <https://bdm.unb.br/handle/10483/18481>. Acesso em fev. 2023.

LEANDRO, Stéfanny Honorato. *Organização das creches no Distrito Federal (1970-1980)*. 2020. 65 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/27214>. Acesso em: fev. 2023.

OLIVEIRA, Marcia Aparecida; DONELLI, Tagma Marina Schneider; CHARCZUK, Simone Bicca. Cuidar e educar: o sujeito em constituição e o papel do educador. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, n. Psicol. Esc. Educ., 2020 24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020213679>. Acesso em fev. 2023.

PROFICE, Christiana Cabicieri. SANTOS, Gabriel Henrique Moreira dos. De Grumetes a *Kunumys* - estilos de infâncias brasileiras. *Hist. Educ.* 21 (53) • Sep.-Dec. 2017. *Hist. Educ.* (Online) Porto Alegre v. 21 n. 53 set./dez. 2017 p. 307-325. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/61054>. Acesso em fev. 2023.

SOUZA, Hélia Samara da Cruz de. *Cuidar e educar na creche: concepções das professoras de bebês de 0 a 1 ano*. 2016. x, 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/19124>. Acesso em: fev. 2023.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Os movimentos sociais e a formação política de mulheres na luta por creches: a experiência do “ARTCRECHE” em São Gonçalo. *Contrapontos: Revista De Educação Da Universidade Do Vale Do Itajaí* 18.2 (2018): 105. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_14210_contrapontos_v18n2_p104_121. Acesso em fev. 2023.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. "Uma História Da Política De Creches No Brasil: O Projeto Casulo Da LBA (1977-1985)." *Zero-a-seis* 24.45 (2022): 34-66. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_af07ab7b28dd40969bc0238cab162014. Acesso em: fev. 2023.